

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO

Relatório 05: Dezembro/2022

PROGRAMA DE DIAGNÓSTICO, PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CONTEXTO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO LICO - MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DOS OUROS/MG

Processo IPHAN nº 01514.002294/2008-42

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 074/2022
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2022

PRODUTO: DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO E SITUACIONAL

Dr. Robson Rodrigues
Arqueólogo Responsável
Registro IBAMA nº: 458753

Araraquara/SP
Janeiro/2023

SUMÁRIO

LISTA DE IMAGENS

LISTA DE TABELAS

1.	INTRODUÇÃO.....	04
2.	CONTEXTUALIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA REGIONAL.....	08
2.1.	Arqueologia Tupi no sul Mineiro: evidências de uma história de longa duração.....	25
3.	ASPECTOS HISTÓRICOS DE CONCEIÇÃO DOS OUROS.....	33
3.1.	Anotações sobre a História Indígena na bacia do Rio Sapucaí-Mirim e seus Municípios.....	33
3.2.	História Cultural de seus Patrimônios – Conceição dos Ouros.....	34
3.3.	Livros sobre Conceição dos Ouros - História Cultural e seus Patrimônios.....	36
3.4.	História do Bairro da Chácara em Conceição dos Ouros.....	39
3.5.	Aspectos culturais a respeito da mandioca no município de Conceição dos Ouros.....	42
3.6.	História cultural e os patrimônios materiais e imateriais de Conceição dos Ouros.....	44
3.6.1.	Formação histórica do município: modo de vida nos períodos colonial e pós-colonial.....	45
3.6.2.	Os patrimônios culturais e a política de preservação via incentivo fiscal.....	49
4.	DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO.....	56
4.1.	Objetivos do Diagnóstico Participativo.....	57
4.2.	Desenvolvimento.....	57
4.2.1.	Aplicação de questionário na área diretamente afetada - Bairro da Chácara.....	57
4.2.1.1.	Descrição das respostas.....	59
4.2.1.2.	Breve análise e discussão a partir dos dados do questionário.....	62
4.2.2.	Audiência Pública.....	66
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71

LISTA DE IMAGENS

Imagens 01 a 07: Sequência histórica dos achados arqueológicos em Conceição dos Ouros/MG.....	21
Imagem 08: Distribuição dos conjuntos cerâmicos Tupi de acordo com Correa (2014).....	30
Imagem 09: Aplicação de questionário do Bairro da Chácara.....	64
Imagem 10: Aplicação de questionário do Bairro da Chácara.....	64
Imagem 11: Aplicação de questionário do Bairro da Chácara.....	65
Imagem 12: Audiência Pública sobre o Sítio do Lico.....	66
Imagem 13: Audiência Pública sobre o Sítio do Lico.....	67
Imagem 14: Convite da Câmara Municipal de Conceição dos Ouros para a Audiência Pública, divulgado no Facebook da Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros.....	67
Imagem 15: Convite da Fundação Araporã para a Audiência Pública, divulgado no Instagram da Fundação Araporã.....	68
Imagem 16: Matéria de jornal sobre a Audiência Pública sobre o Sítio do Lico.....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Sítios arqueológicos na região de Conceição dos Ouros-MG.....	11
Tabela 02: Cronologia sobre a Mandioca e Polvilho em Conceição dos Ouros.....	43

1. INTRODUÇÃO

O Relatório de Acompanhamento em tela visa apresentar as atividades desenvolvidas no mês de dezembro, na execução do Plano de Trabalho aprovado no processo licitatório do edital de chamamento público referente ao “PROGRAMA DE DIAGNÓSTICO, PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA E PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CONTEXTO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO LICO - MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DOS OUROS/MG”, para atender o Processo IPHAN nº 01514.002294/2008-42, a partir do Ofício Nº 4328/2021/DIVAP IPHAN-MG/IPHAN-MG-IPHAN, na execução entre os anos de 2022-2023, bem como faz a prestação de contas do período.

Dando continuidade as atividades programadas, no mês de dezembro de 2022 a principal ação foi a execução dos trabalhos associados ao diagnóstico arqueológico e situacional no contexto do município. Além de manter a gestão junto ao IPHAN para acompanhamento do processo, que ainda se encontra em análise técnica, para pedido de permissão e autorização das pesquisas arqueológicas.

Em paralelo a gestão junto ao IPHAN, realizamos uma mobilização da equipe de pesquisa para elaboração dos temas e conteúdos que farão parte do diagnóstico arqueológico e situacional analisando o contexto do município de Conceição dos Ouros, o qual apresentamos a seguir a partir de temas trabalhados pelos pesquisadores e pesquisadoras participantes do processo de investigação em curso.

Tendo como fato que as intervenções provocadas pela construção civil no município estão gerando impactos nos sítios identificados em seu território, ocasionando danos aos mesmos, principalmente o sítio arqueológico do Lico, é urgente que providências para a salvaguarda e proteção de seu patrimônio arqueológico sejam tomadas, a fim de garantir sua função sociocultural a partir da constituição de políticas públicas que facilitem a integração do patrimônio cultural brasileiro. Ações que promovam a construção do conhecimento arqueológico local devem ser implementadas, possibilitando uma redução significativa do potencial de destruição ao patrimônio arqueológico no território municipal e constituam as condições adequadas

para o acesso aos bens culturais por parte da população. Nesse contexto, uma das principais necessidades deve ser a proteção dos sítios arqueológicos já identificados, bem como outros que poderão surgir no território municipal, além de realizar a adequação do espaço e da gestão museológica para se garantir a guarda e proteção do patrimônio arqueológico.

No campo da intervenção socioparticipativa desenvolvida em Conceição dos Ouros, a meta principal pretende criar condições objetivas para se fomentar a constituição de políticas públicas para a promoção do patrimônio arqueológico a partir de ações do cumprimento de medidas mitigatórias que minimizem os impactos sobre este patrimônio.

A partir da realização do diagnóstico arqueológico não interventivo, sistematizando informações a respeito das áreas já levantadas com alto potencial arqueológico em todo o município em questão, juntamente com levantamento de dados secundários, bibliografia científica, bem como vistorias locais para reconhecimento e identificação das áreas de estudo, entrevistas com interlocutores do entorno e representantes dos moradores, pretende-se a realização de um estudo prévio para avaliar as condições dos bens ou sítios arqueológicos, isto é um conjunto de elementos materiais com importância histórica para a formação cultural da sociedade.

Este procedimento permite a realização de uma análise da atual situação do contexto arqueológico investigado, avaliando-se os impactos já provocados ao patrimônio arqueológico, com vistas a programação de uma intervenção arqueológica mais intensa e de maneira mais ampla, permitindo a verificação dos modos de ocupação pretérita existentes, bem como o estabelecimento, com maior precisão, do ordenamento da pesquisa científica a ser executada em etapa posterior.

No contexto do diagnóstico se realiza um breve histórico dos achados arqueológicos no município, desde 1998, e os resgates já executados, o que permitiram a criação do Museu de Arqueologia para a guarda dos acervos gerados com as pesquisas interventivas, bem como sua difusão e publicações especializadas até se chegar ao momento atual com a ampliação das possibilidades de desenvolvimento de

ações em prol da pesquisa, salvaguarda e difusão de informações e conhecimentos, bem como de gestão do patrimônio arqueológico.

De maneira particular, deve-se ter em evidência o local onde se encontra o principal sítio arqueológico no território urbano do município, denominado sítio arqueológico do Lico. Este patrimônio se encontra no Bairro da Chácara, outrora sendo um grande aldeamento indígena com mais de 700 anos. Neste mesmo local, entre os Séculos XVII e XVIII se tornou um povoado que abrigou bandeirantes, povos de origem africana e indígena escravizados nas fazendas, sendo, também, local de passagem para os caminhos dos territórios de exploração do ouro em Minas Gerais. Já no Século XIX se dá a fundação de Conceição dos Ouros. Como a constituição da “Chácara dos Euclides”, para receber, nos anos 1960, colonos das fazendas locais que, por força de lei, se transformaram em empresas rurais, retomando então a questão dos processos litigiosos com trabalhadores. Desses reminiscentes se deu a formação do Bairro da Chácara.

Enquanto histórico dos achados arqueológicos no Município de Conceição dos Ouros, desde o primeiro resgate de sepultamento indígena realizado pelo IEPHA em 1998. Anteriormente, outros dois sepultamentos localizados nas avenidas principais da cidade foram identificados, mas destruídos. No ano seguinte, 1999, se deu a fundação do Museu do Índio, atual MAHCA – Museu Arqueológico, Histórico, Cultural e Ambiental de Conceição dos Ouros em 1999. Ainda, no mesmo Bairro da Chácara no ano 2000 foi realizado um segundo resgate de sepultamento em urna. Um detalhe identificado com a pesquisa foi que este se tratava de um sepultamento de contato, uma vez que no seu interior junto à fragmentos cerâmicos foram encontradas contas de cristal europeu.

Já nos idos dos anos 2000, outras escavações foram realizadas a partir da realização de convênios entre a Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros com a equipe de Arqueologia da UFMG capitaneadas pelo arqueólogo André Prous, em 2001, Outra importante pesquisa foi realizada pelo arqueólogo Paulo Araújo de Almeida, que culminou com a publicação de um livro a respeito da Arqueologia em Conceição dos Ouros, no ano de 2005. Ainda no âmbito dos impactos causados pela instalação de loteamento sem licenciamento no Bairro da Chácara, que causou a destruição de

importantes materiais arqueológicos na área do Sítio Arqueológico do Lico, ocorreu outro salvamento que veio a ser realizado em 2008 pela Companhia de Cultura.

Mais recentemente, no ano de 2021, ocorreu a restauração de uma urna funerária nas dependências do MAHCA, artefato este advindo dos resgates de 2008 no contexto do Sítio do Lico. Com a criação da Comissão de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Museológico, bem como o desenvolvimento de novas pesquisa arqueológicas, no ano de 2022, um novo capítulo se abre na história local na constituição de instrumentos para a salvaguarda, pesquisa e desenvolvimento de políticas públicas.

Por fim, o relatório apresenta a produção desenvolvida durante o mês de referência e realiza a prestação de contas.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA REGIONAL

Inserido na Serra da Mantiqueira, Conceição dos Ouros é um município localizado no extremo sul de Minas Gerais. De gentílico definido por “Ourense” para sua população, o topônimo do município teve sua origem no apelo a Nossa Senhora da Conceição e ao fato de ser o local banhado pelo Ribeirão dos Ouros. Distrito criado por Lei Provincial em 1866 e por Lei Estadual em 1891, sendo desmembrado do Município de Pouso Alegre. Em divisão administrativa no ano de 1911, o Distrito de Conceição dos Ouros passa a ocupar o Município de São José do Paraíso, que em 1914 é denominado de Paraisópolis por Lei Estadual, se mantendo até 1948. Neste ano Conceição dos Ouros é elevado à categoria de Município (IBGE, 2022).

O município de Conceição dos Ouros se localiza no extremo Sul do estado de Minas Gerais, divisa com São Paulo, na região da Serra da Mantiqueira. Conceição dos Ouros dista 450 km da capital do estado, Belo Horizonte. O acesso se dá pela rodovia MG-173, que a partir da BR-459 que corta a cidade polo de Pouso Alegre, cruza a cidade ligando-a aos municípios de Cachoeira de Minas e Paraisópolis. O município é cortado pelos rios Sapucaí-Mirim, Capivari e Ribeirão dos Ouros, circundado por serras em meio ao bioma de Mata Atlântica, característico de toda região.

Pesquisas arqueológicas demonstram hoje que a cidade foi formada sobre antigo aldeamento indígena existente no local há pelo menos 700 anos atrás¹. Oficialmente a cidade foi fundada em 1854 no século XIX com a doação pelo latifundiário Major Félix da Mota Paes de um patrimônio em terras para a Igreja Católica, justamente sobre o local onde hoje são encontrados muitos vestígios arqueológicos². No local foi erigida capela de taipa, praça e os primeiros arruamentos. No entorno da praça foram construídos os casarões do século XIX, dos quais não resta hoje nenhum remanescente. Alguns casarões de fazendas pertencentes à família Mota Paes se encontram hoje bem preservados na zona rural do município.

¹ Folha Popular, Ed. Especial: 74 anos de emancipação Política de Conceição dos Ouros.

² CARVALHO CAMPOS, Mercedes. Salve Ouros, Cidade Querida. Grafcenter, Pouso Alegre – MG, 2002.

Informações orais mostram que achados arqueológicos, principalmente sepultamentos em urnas cerâmicas e peças líticas sempre ocorreram na área urbana do município, mas eram constantemente destruídos. Foi a partir do final da década de 1990, quando o IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais manteve parceria com o FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador e promoveu cursos de formação na área da cultura e do patrimônio histórico na região, que aconteceu em Conceição dos Ouros o primeiro resgate feito por técnicos do IEPHA de um conjunto funerário encontrado durante a construção de um muro próximo a Santa Casa da cidade. Essa ocorrência resultou na assinatura de um convênio entre a Prefeitura Municipal e o órgão estadual e na criação do Museu Histórico Municipal em 1998, aproveitando uma lei já existente do ano de 1989. O material desse resgate seguiu para Belo Horizonte, foi restaurado e voltou para o Museu que havia então sido instalado para recebe-lo³.

A história das pesquisas arqueológicas indica a presença de diversos sítios arqueológicos distribuídos pela região tendo um conjunto de características que permitem classificar as ocupações humanas em dois horizontes pré-coloniais que se desenvolveram no ambiente onde atualmente se encontra Conceição dos Ouros. Essa divisão se dá entre grupos caçadores-coletores e grupos agricultores. Os vestígios arqueológicos mais representativos dos primeiros seriam os líticos, produzidos, principalmente, por meio de técnicas de lascamento; enquanto nos últimos são preponderantes os vestígios cerâmicos.

Pesquisas arqueológicas realizadas a partir da década de 1990 demonstram que a ocupação humana é diversificada, tendo alguns desses grupos resistido até bem depois do início da colonização europeia. Estas informações são atestadas pela presença de sítios cerâmicos e pré-cerâmicos encontrados, correlatos de populações distintas de caçadores-coletores, ceramistas horticultores pré-históricos e ceramistas horticultores históricos.

Na Arqueologia brasileira os vestígios da presença destes grupos caçadores-coletores são classificados em duas tradições arqueológicas, as chamadas “tradição

³ PROUS, André. Relatório Técnico Prévio Sobre a Estadia em Conceição dos Ouros – MG. novembro/dezembro de 2001. GONÇALVES, Suely. Rev. Globo Rural. Sinais do Passado. Ano 17, N. 200. Junho 2002.

Umbu” e “tradição Humaitá”. Segundo ROBRAHN-GONZALEZ (2007) as pesquisas realizadas em Minas Gerais pautadas em conceitos teórico-metodológicos distintos tem como foco principal a cronologia dos assentamentos, *“tendo-se desde estudos tradicionais sobre o início do povoamento humano no Brasil para a região de Lagoa Santa (com presença de vestígios de ocupações humanas ainda do período Pleistocênico, com mais de 12.000 anos BP), até sítios do período Arcaico (chegando a 1.000 anos BP)”* (ROBRAHN-GONZALEZ, 2007:29).

Dentre os grupos caçadores-coletores, ainda segundo ROBRAHN-GONZALEZ (2007:30), os grupos portadores da indústria lítica Umbu apresentam padrão de assentamento tanto a céu aberto, em terraços ou porções planas de fundo de vale, próximos a rios e córregos, como em abrigos rochosos. Apresentando sítios com ocupação permanente, como aqueles de uso esporádico, como acampamentos de caça. Os vestígios arqueológicos encontrados são majoritariamente líticos, com lascas retocadas, pontas de projétil, raspadores e lâminas com matérias primas variadas, preferencialmente com rochas homogêneas como a calcedônia, arenito silicificado e quartzo hialino (PROUS 1992).

Já os vestígios arqueológicos relacionados a indústria Humaitá estão associados a *“céu aberto e se localizam em porções mais altas da paisagem, sobre encostas ou topos de morros, mas sempre junto a cursos de água”* distribuídos na porção ocidental do planalto. Segundo *“os sítios Humaitá são caracterizados por artefatos produzidos sobre blocos ou seixos, ou ainda sobre lascas espessas resultando em ferramentas com formas mais encorpadas, obtidas através da percussão direta”*. (PROUS, 1992 Apud ROBRAHN-GONZALEZ 2007:32). Os artefatos considerados típicos seriam o raspador oblongo sobre lasca com retoques periféricos, comumente chamado de lesma. Outros artefatos comuns, são os raspadores, lascas retocadas e talhadeiras.

Quanto aos grupos ceramistas, para a região mineira, apesar de um cenário de pesquisa bastante incompleto, são registrados três grandes unidades classificatórias⁴.

⁴ O conceito de “tradição” na Arqueologia brasileira foi formulado a partir do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), sendo que sua definição se encontra na publicação “Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica”, elaborado por Igor Chmyz, em 1966, como glossário para aplicação pelo PRONAPA. De acordo com Dias (2007), “quanto ao conceito de tradição, este é definido como ‘grupo de elementos ou técnicas que se distribuem com persistência temporal’” (DIAS, 2007, p. 60 apud CHMYS, 1966, p. 20; 1976, p. 145).

Entre esses grupos agricultores a presença de vestígios líticos lascados e polidos é muito menos significativa, estando os vestígios cerâmicos presentes em maior escala. Conforme define Robrahn-Gonzalez, “*variações em suas características levaram os pesquisadores a classificá-los em diferentes tradições arqueológicas, denominadas “tradição Tupiguarani”, “tradição Aratu/Sapucaí” e “tradição Una”* (ROBRAHN-GONZALEZ 2007:28-29).

Historicamente há registros de ocupações dos grupos linguísticos Tupi e Gê para a região sul de Minas. Estes registros foram recolhidos da obra deixada por viajantes, bandeirantes ou cronistas, que passaram pela região entre os séculos 16 e 19 no afã de desbravar o desconhecido território brasileiro, com intuito de capturar indígenas ou em expedições de fundo cultural/científico (NIMUENDAJU, 2002).

No entanto, relatos como estes são escassos e, em certa medida, pouco confiáveis uma vez que reproduziram uma visão europeia alegórica dos grupos indígenas e seus padrões culturais. Por não possuírem um sistema de escrita tendo sua história transmitida oralmente, estudos detalhados e sistematizados da cultura material deixada por estas populações permitem entender e interpretar aspectos da história das populações nativas que viveram na região anteriormente à colonização europeia.

Do potencial arqueológico da região temos uma diversidade de sítios já identificados sendo, destes, 04 sítios classificados como líticos/pré-cerâmicos enquanto os sítios classificados como cerâmicos correspondem a 11 e os sítios históricos são 10, conforme indicados na tabela abaixo.

Tabela 01: Sítios arqueológicos na região de Conceição dos Ouros-MG

Nº	Sítio Arqueológico	Município	Tipo	Coordenadas
01	Valo I	Itajubá	Histórico	23K 461164 7521831
02	Canta Galo	Itajubá	Cerâmico	23K 458441 7515078
03	São Pedro	Cambuí	Histórico	23K 393681 7502237
04	Lico	Conceição dos Ouros	Cerâmico	23K 419411 7519898
05	Casa I	Itajubá	Histórico	23K 459426 7521831
06	Casa II	Itajubá	Histórico	23K 459461 7516315
07	Ruínas do Galpão	Itajubá	Histórico	23K 459552 7516978
08	Pedra da Independência	Consolação	Lítico	23K 404989 7505086
09	Capivary	Consolação	Histórico	23K 408454 7505094
10	Paraisópolis	Paraisópolis	Cerâmico	23K 421461 7506337
11	Santa Madalena	Piranguinho	Histórico	23K 445171 7515425
12	Figueira	Itajubá	Histórico	23K 446879 7516466
13	Sítio sem nome (André Prous/UFMG –IPHAN nº 2118/12)	Conceição dos Ouros	Cerâmico	23K 418486 7519868

14	Fazenda do Pinhal	Conceição dos Ouros	Cerâmico	23K 419543 7517402
15	Creche	Conceição dos Ouros	Cerâmico	23K 418363 7520166
16	Dorgão	Conceição dos Ouros	Histórico	23K 418141 7522579
17	Abrigos sob rocha da Berta	Itajubá	Cerâmico	23K 452394 7513403
18	Ceramista do Rio Manso	Itajubá	Lítico	23K 468165 7526420
19	Fazenda do Capitão Pimenta	Itajubá	Histórico	23K 468051 7526172
20	Fernandão	Itajubá	Lítico	23K 468000 7526000
21	Belvedere	Itajubá	Lítico	23K 468000 7526000
22	S1	Conceição dos Ouros	Cerâmico	23K 417904 7520887
23	S2	Conceição dos Ouros	Cerâmico	23K 418271 7520258
24	S4	Conceição dos Ouros	Cerâmico	23K 418518 7520063
25	Sítio do Caçador	Consolação	Cerâmico	23K 401765 7508302

A despeito da sua localização privilegiada, numa área de Mata Atlântica, o município de Conceição dos Ouros possui uma história de estudos arqueológicos que nos dão pistas sobre as populações indígenas pretéritas. Em seu perímetro, pesquisas de campo resultantes do processo de salvamento arqueológico proporcionaram o registro de diversificadas evidências materiais associadas a ocupações humanas pretéritas. As informações históricas a respeito do contexto arqueológico em Conceição dos Ouros demonstram o altíssimo potencial para pesquisas. Desde a década de 1990 evidências materiais estão sendo escavadas e resgatadas neste território tendo a guarda proporcionada pelo museu municipal.

No período pré-colonial populações indígenas associadas organizações socioculturais e linguísticas diversas e definidas pelos Troncos Tupi-Guarani e Jê ocuparam estas terras banhadas pelo Rio Sapucaí-mirim. Para o período da ocupação histórica as terras onde atualmente se encontra Conceição dos Ouros, no dizer Almeida (2021),

Foi local de passagem para tropeiros rumo às minas de ouro e pedras preciosas, a “Barra de Ouros” ou “Arraial de Ouros” como se chamava o lugar até o século XVIII, antes mesmo da chegada do Major Félix da Motta Paes. Pessoas por aqui haviam se estabelecido, indígenas, negros, brancos e suas mesclas étnicas, formando ponto de rancho e descanso, trocas de viveres e pequeno comércio (ALMEIDA, 2021, pág. 1).

Muitos dos registros arqueológicos já evidenciados ocorrem no perímetro urbano do município. Desde o ano de 1957 se tem informações a respeito das evidências materiais encontradas durante a construção dos edifícios para constituição da cidade, como é o caso da construção da Santa Casa de Misericórdia (ALMEIDA, 2019). Porém, das evidências materiais já resgatadas a primeira escavação ocorreu somente no ano de

1998 e ficou a cargo de técnicos do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais-IEPHA. A intervenção arqueológica foi realizada em uma área de sepultamento no centro da cidade e foram resgatadas duas urnas fechadas, uma urna aberta e uma urna decorada, todas elas apresentando em seu interior evidências ósseas. No ano de 2000, outro resgate arqueológico foi realizado por técnicos do IEPHA em novo sepultamento que recolheram uma urna fechada e uma urna aberta sem borda contendo ossos humanos, além de contas de cristal (ALMEIDA, 2019). Sepultamentos estes associados à Tradição arqueológica Tupiguarani.

Como a situação arqueológica no município se ampliou, no ano de 2001 a Prefeitura Municipal estabeleceu um convênio com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para escavação do sítio arqueológico Fazenda do Pinhal que apresentou uma estrutura de forno de barranco em associação com fragmentos cerâmicos da Tradição Tupiguarani, bem como fragmentos cerâmicos com decorações florais indicando elementos europeus e formas geométricas com elementos africanos. Nessa mesma campanha de campo a equipe da UFMG escavou o sítio arqueológico da Creche e o sítio arqueológico do Lico e recolheu um conjunto artefactual contendo fragmentos e peças inteiras de material cerâmico também associado à Tradição Tupiguarani (ALMEIDA, 2019).

Em outra frente de escavação realizada pela equipe da UFMG procedeu-se uma escavação na área do sítio arqueológico do Dorgão (ALMEIDA, 2019). Este sítio arqueológico apresentou uma estrutura circular conhecida na literatura arqueológica como Casa Subterrânea, localizado no alto de uma montanha no Bairro do Quilombo. Esse tipo de estrutura arqueológica está associada a técnicas construtivas de populações do Tronco Linguístico Jê, mais especificamente os Jê Meridionais. Estas estruturas arquitetônicas são intervenções realizadas diretamente no solo escavado para a construção habitacional subterrânea, ficando para fora somente o telhado arredondado.

Mas a principal referência para o município é o local onde se encontra o sítio arqueológico do Lico, área conhecida como Bairro da Chácara. Por conta da expansão urbana, no ano de 2008 obras realizadas para instalação de um loteamento habitacional sem licença ambiental danificaram partes da estrutura do referido sítio arqueológico o que provocou um embargo judicial. Após regularização da situação nova escavação

arqueológica ocorreu no local, sendo coordenada por uma empresa de consultoria arqueológica, a Cooperativa de Cultura (Ribeiro et al., 2010).

As informações pertinentes a este sítio foram apresentadas por Ribeiro et al. (2010), da seguinte forma:

O Sítio do Lico consiste no registro arqueológico parcial de uma aldeia Tupiguarani, possivelmente habitada num momento logo anterior ou até mesmo contemporâneo à ocupação colonial da região – século XVII. O assentamento indígena foi instalado numa colina de suave inclinação na margem esquerda do Rio Sapucaí Mirim, a cerca de 2 km de sua margem, provavelmente com duas pequenas ‘aguadas’ (grotas suaves) disponibilizando abastecimento hídrico local [...] As intervenções realizadas sugeriram que o sítio já havia sido consideravelmente impactado com compactação da camada arqueológica, fragmentação, revolvimento vertical e dispersão horizontal de vestígios. Aterros, terraplenagens, construção de moradias e aberturas de vias de acesso foram atividades que se seguiram a uso prolongado do terreno como pasto. (RIBEIRO; JÁCOME; PROUS, pág. 5-6, 2010).

Este resgate gerou um grande acervo de fragmentos lito-cerâmicos que ficou sob a guarda do museu do município. Além do acervo, como medida mitigadora do impacto foi reservada uma área de 1.000 m² do sítio arqueológico que seria preservada para futuras pesquisas, ficando sob responsabilidade da Prefeitura Municipal.

O último trabalho arqueológico realizado no perímetro urbano do município ocorreu em 2013, após a descoberta de novo conjunto funerário no Bairro da Chácara, possivelmente associado ao sítio arqueológico do Lico. Com características de enterramento secundário (FAGUNDES, 2021, pág. 07), foi evidenciado por moradores durante obras de saneamento no bairro, sendo necessário a execução de novo trabalho de escavação e resgate arqueológico.

Para o resgate emergencial a prefeitura municipal firmou convênio com a Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), em parceria com Superintendência do IPHAN em Minas Gerais. Como resultados, a escavação arqueológica gerou um acervo que foi composto,

Por 418 fragmentos cerâmicos [...] de uma estrutura cerâmico-funerária, constituída tanto pelas várias vasilhas cerâmicas como por um sepultamento do tipo secundário (foram identificados 146 ossos e outros muito pequenos que impossibilita a contagem ou identificação). Portanto, diferente do que se tem acreditado, não se trata de uma “urna”, mas partes de vasilhames que constituíam um ritual fúnebre,

muito comum aos povos ameríndios de antes da conquista europeia (FAGUNDES, 2021, pág. 19).

Vale destacar que Fagundes (2021) aponta para uma caracterização étnica desse contexto arqueológico. A partir da análise de uma tigela cerâmica de uso doméstico e cerimonial, tipo alguidar, com decoração pintada na face interna, o autor comenta que,

Dos vestígios cerâmicos por nós resgatados, tema desse informe, Panachuk (2017) analisou alguns fragmentos de um dos vasilhames componentes da estrutura. [...] O interesse da pesquisadora foi analisar o comportamento gestual da tão característica pintura relacionada aos grupos Tupinambá [...] (FAGUNDES, 2021, pág. 16).

No que diz respeito à condição arqueológica do município de Conceição dos Ouros, sucessivas pesquisas e análises dos artefatos estão revelando estruturas e delineando um quadro mais nítido da ocupação indígena pretérita que precisa ser difundido amplamente para que a sociedade entenda a importância desse conhecimento para a história sociocultural regional.

Em todo subsolo do Bairro da Chácara do município deve haver registros de ocupações indígenas ainda não evidenciados. Nesse aspecto deve-se ampliar a pesquisa arqueológica nesta zona expandindo as intervenções no subsolo para outras direções ainda não investigadas, onde o depósito arqueológico pode ter se estendido, ou mesmo se observa a dispersão de vestígios materiais, tanto para se evitar novos impactos e destruição desse importante patrimônio nacional, quanto para se gerar novos conhecimentos arqueológicos que ainda nos faltam, mesmo que atualmente seja setores ocupados por moradias, patrimônio este que será salvaguardado e seu conhecimento difundido pelo museu municipal.

O Museu Histórico, Arqueológico, Cultural e Ambiental do Município de Conceição dos Ouros (MAHCA)⁵, popularmente conhecido na cidade como Museu do Índio, instituição gestada pela Prefeitura Municipal, atualmente está instalado nas dependências do Ginásio Poliesportivo localizado na Praça de Esportes João Ribeiro de Carvalho e salvaguarda os acervos arqueológicos oriundos das diversas escavações arqueológicas realizadas no município.

⁵ O Museu Arqueológico, Histórico, Cultural e Ambiental-MAHCA, foi renomeado pela Lei Municipal 1.230/2003.

O MAHCA, foi criado pela Lei Municipal 766 em 1989 com a denominação de Museu Histórico Municipal, sendo renomeado pela Lei Municipal 1.230 em 2003, com objetivo de salvaguardar artefatos pré-coloniais oriundos de salvamentos arqueológicos locais. Seu acervo é composto por coleções de artefatos cerâmicos, principalmente urnas funerárias conhecidas como Igaçabas, coleções de material lítico, tanto lascados como polidos, objetos de origem do período colonial, documentação fotográfica e escrita a respeito da história do município (CMCO, 2022).

Em face dos inúmeros registros arqueológicos e históricos que apontam para a região de Conceição dos Ouros como uma constante confluência de povos e culturas indígenas que só recentemente passaram a ser objeto de pesquisas sistemáticas por parte da Arqueologia, estudos como este em tela, conjugados, formam um mosaico de informações que se completam e criam contrapontos, ampliando e diversificando o conhecimento sobre a arqueologia da região, além de serem indispensáveis para o entendimento do passado pré-colonial de indivíduos que não conseguiram legar um relato de si mesmos devido a dinâmica implementada pelo processo colonial brasileiro.

Pelo Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP), mantido pelo Centro Nacional de Arqueologia (CNA), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que realiza a fiscalização e o controle das instituições que têm a guarda das coleções, o MAHCA é uma instituição museal que apresenta condições para abrigar e salvaguardar coleções arqueológicas, sendo considerada apta para receber novos acervos arqueológicos, porém com uma condicionante associada à viabilização de espaços adequados.

Dois anos após a instalação do Museu, em 2000 aconteceu um resgate não oficial de mais um conjunto funerário no próprio Bairro da Chácara junto ao chamado Sítio Arqueológico do Lico. Durante a construção de um muro entre lotes, material cerâmico, ósseo e algumas contas de cristal europeu encontradas no interior do sepultamento foram recolhidos por moradores e posteriormente encaminhados ao IEPHA. Dois vasos cerâmicos desse sepultamento foram remontados. Um deles de grandes dimensões foi remontado integralmente. Os serviços de restauração desse material resgatado ficaram a cargo de uma equipe do Palazzo Spinelli da Itália que na ocasião se encontrava em

Belo Horizonte prestando serviços para o governo estadual⁶. Esse conjunto funerário foi denominado S2. e se encontra hoje em exposição permanente no MAHCA.

Em 2001 o agente cultural e arquiteto Paulo Araújo de Almeida, morador da cidade, teve seu projeto de pesquisa em nível de mestrado sobre a *arqueologia, patrimônio cultural e musealização em Conceição dos Ouros* aprovado no MAE/USP. Essa ampla pesquisa redundou na publicação de um livro que estuda a formação histórica de Conceição dos Ouros e a história da arqueologia no município de 1998 até 2004⁷. Dentro das atividades educacionais promovidas pelo MAHCA no período, destaca-se o projeto “Educação nas Montanhas”, no qual estudantes eram levados a conhecer a realidade extramuros do museu, visitando os vários sítios arqueológicos já identificados na cidade e no seu entorno. Estava lançada a caracterização do MAHCA como Museu de Território.

Ainda no ano de 2001 a Prefeitura Municipal recebeu em Conceição dos Ouros uma equipe de arqueólogos capitaneada pelo Professor Dr. André Prous da UFMG que trabalhou dentro do projeto “*Arqueologia da Cultura Tupiguarani no Estado de Minas Gerais*” com apoio do CNPQ e do Ministério das Relações Exteriores da França. Durante algumas semanas, a equipe realizou escavações e salvamentos em vários sítios arqueológicos localizados no município e procedeu estudos de materiais cerâmicos, líticos e ósseos no MAHCA.

Foi dentro das operações de campo, na área urbana denominada como Bairro da Chácara, que a equipe da UFMG primeiramente identificou fragmentos cerâmicos da tradição tupi-guarani numa voçoroca, cuja área foi então chamada de “Sítio Arqueológico do Lico”. No mesmo bairro, junto à Creche Municipal também foram recolhidos fragmentos cerâmicos. O proprietário do terreno foi notificado da ocorrência de vestígios arqueológicos e sobre a necessidade legal de liberação arqueológica da área. Na propriedade denominada Fazenda do Pinhal, à beira da estrada que liga a cidade de Ouros à vizinha Paraisópolis, foi escavado um “Forno de Barranco” da fase histórica

⁶ Rev. A Restauração de Cerâmicas e Materiais Pétreos. A Experiência do IEPHA/MG, Fondazione Palazzo Spinelli e Ministero d'Itália. pp. 19 e 20.

⁷ ALMEIDA, Paulo Araújo de. *Arqueologia em Conceição dos Ouros, MG. Pré-história, História, Identidade, Museu e Espacialidade*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, Dissertação, 2004.

do qual foram recolhidos fragmentos cerâmicos identificados com a tarja vermelha da tradição tupi-guarani, outros fragmentos com desenhos florais na linha europeia e ainda fragmentos com desenhos geométricos que a princípio poderiam remeter a africanismos. Outro local estudado pela equipe da UFMG foi o “Sítio do Dorgão”, uma depressão circular em alto de montanha reconhecida à princípio como “*habitação subterrânea Jê*” ou “*Muro Circular de Terra*”. Ali foram realizadas escavações com retirada de material para datação e foram identificadas no entorno desse sítio, depressões do tipo *cupule*. No Museu Municipal – MAHCA, a equipe estudou o acervo de urnas e coleções de líticos, como machados, mãos de pilões polidos e picoteados. Com o trabalho da equipe da UFMG junto com o arqueólogo local Paulo Araújo de Almeida, foi possível elaborar um primeiro mapa dos vestígios arqueológicos no Município de Conceição dos Ouros.

Em novembro de 2007, os proprietários da área que havia em 2001 sido chamada de *Sítio Arqueológico do Lico*, iniciaram obras de loteamento do terreno, mesmo sem o devido licenciamento, impactando o local onde anteriormente haviam sido identificados vestígios arqueológicos. Um incidente com os proprietários que foram flagrados destruindo urnas indígenas foi registrado no Boletim de Ocorrência 644 de 2007 da Polícia Civil – Militar e resultou em denúncia ao Ministério Público Federal e a 13ª SR IPHAN sobre impacto direto e destruição de sítio arqueológico. (Processo no IPHAN: N. 01514.002294/2008-42). O órgão federal embargou o terreno – cujo loteamento encontrava-se em fase de comercialização de lotes. Em seguida foi determinado, para que as obras pudessem ter continuidade, o salvamento arqueológico das informações remanescentes e a preservação de um setor do sítio como testemunho. Em agosto de 2008 a Prefeitura Municipal contratou a empresa Cooperativa de Cultura que com a colaboração do Setor de Arqueologia da UFMG procedeu escavações e salvamento em uma área do Sítio Arqueológico do Lico⁸. Esse trabalho, que ampliou bastante os conhecimentos sobre o Sítio, resultou no resgate de várias urnas e um conjunto funerário, além de 15.192 fragmentos de materiais arqueológicos, inclusive fragmentos de peças líticas para variados usos, que foram acondicionados no MAHCA

⁸ CULTURA, Cooperativa de. Relatório de Análise de Materiais Arqueológicos. Arquivos do MAHCA – Museu do Índio de Conceição dos Ouros, 2010.

– Museu do Índio e hoje se encontram na sua reserva técnica. Uma urna a ser restaurada foi depositada no espaço do MAHCA sobre um pneumático e ainda, além dos milhares de materiais, ficaram acondicionados em sacos plásticos seis conjuntos de “Cerâmica para remontar”. A Companhia de Cultura procedeu a várias datações dos materiais arqueológicos resgatados em campo e um extenso trabalho em educação patrimonial foi levado nas escolas e junto à comunidade do município. Ao final desses trabalhos, ficou estabelecida (IPHAN: N. 01514.002294/2008-42) uma área de terreno de 1.000 m² como testemunho para pesquisas futuras. Essa área que deveria ter sido cercada e identificada não o foi, e acabou sendo degradada. Como penalidade o município foi instado pelo IPHAN através do processo em curso a realizar pesquisa numa área de entorno bem maior.

Em março de 2013 ao realizar uma obra de saneamento em via pública, uma nova estrutura funerária foi identificada. Notificado o IPHAN, aconteceram trabalhos de resgate pelo Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Murici (LAEP/UFVJM). A então denominada “Coleção Conceição dos Ouros” pela UFVJM, que permanece hoje naquela universidade é composta de 418 fragmentos cerâmicos de diferentes vasilhames e 146 ossos provenientes do referido sepultamento secundário⁹.

Em março de 2021 o MAHCA foi reestruturado, tendo sido criada uma reserva técnica e o museu foi reorganizado de maneira a apresentar em sua expografia uma leitura linear da pré-história e história do município.

Em maio de 2022 A Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros, através de processo licitatório, contratou a assessoria da *Uruty Arqueologia* para a realização de um Projeto em Gestão e Musealização do Patrimônio Arqueológico com os seguintes objetivos: nortear as ações do município em relação ao seu patrimônio arqueológico; obter informações sobre fontes de recursos para fomentar as políticas públicas na promoção do patrimônio arqueológico; obter uma proposta de curadoria, conservação e recuperação de seu acervo arqueológico; avançar nos objetivos de garantir o reconhecimento do MAHCA como instituição de guarda e pesquisa de material arqueológico e preparar a transferência do Museu para uma nova sede mais apropriada

⁹ UFVJ RELATÓRIO_CONCEIÇÃO_DOS_OUROS e Processo IPHAN: 01514.002294/2008-42.

que possa colocá-lo como referência regional em pesquisa e musealização do patrimônio arqueológico ¹⁰.

Em cumprimento ao TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) assinado entre a Prefeitura de Conceição dos Ouros e o Ministério Público Estadual em dezembro de 2020¹¹, a Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros, através de licitação, contratou em junho de 2022 a restauradora Dulcineia da Paz Rocha e sua equipe para a restauração da urna cerâmica resgatada durante a pesquisa que a Companhia de Cultura havia feito no Sítio Arqueológico do Lico em 2007¹².

Em julho de 2022, através do Edital de Chamamento Público, a Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros contratou a Fundação Araporã ¹³ no sentido de dar andamento ao Processo IPHAN nº 01514.002294/2008-42. Esse trabalho, além de cumprir as determinações do órgão federal e do TAC assinado com o Ministério Público, dá início à execução do Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Museológico. A Câmara Municipal de Conceição dos Ouros através do Projeto de Lei n. 71 de 15 de junho de 2022¹⁴, autorizou a nomeação de uma *Comissão Municipal de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Museológico*, que permite o estabelecimento de um *Termo de Cooperação entre a Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros, a Universidade Federal de Alfenas, a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG-Poços) e a Universidade Federal de Uberlândia*¹⁵. A Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros, busca no momento parcerias para elaboração do projeto de futura transferência do MAHCA para uma sede própria.

Outro aspecto importante diz respeito ao estudo do material a ser coletado e que se somará ao conhecimento já produzido de pesquisas anteriores. Atualmente o MAHCA guarda urnas que foram escavadas em etapas anteriores. Novos estudos

¹⁰ URUTY Arqueologia. 2022. Relatório Final. Assessoria Arqueológica e de Projeto em Gestão e Musealização do Patrimônio Arqueológico do Município de Conceição dos Ouros/MG.

¹¹ Processo SEI: 19.16.1501.00344809/2020-70 / Documento SEI: 0732101.

¹² Relatório de Conservação de Urna Funerária. Arquivo Documental do MAHCA. 2022.

¹³ Chamamento Público nr001/2022. Processo Administrativo nr 074/2022. Termo de Fomento Colaboração nr 01/2022.

¹⁴ PL-0712022-CRIA-A-COMISSAO-MUNICIPAL-DE-GESTAO-DO-PATRIMONIO. Câmara Municipal de Conceição dos Ouros. .

¹⁵ Relatório de Visita dos Professores da Universidade Federal de Uberlândia a Conceição dos Ouros em outubro de 2021. Arquivos do MAHCA.

podem trazer diversificadas informações relevantes para a compreensão do processo de ocupação histórica no contexto arqueológico local.

Imagens 01 a 07: Sequência histórica dos achados arqueológicos em Conceição dos Ouros/MG (Fonte: ALMEIDA, Paulo Araújo – MAHCA, 2013.)

S1 = Sepultamento 1.

Local: Casa do seu Pedro Ferreira Neto. Trav. Sebastião Sousa Gomes, 15 Centro, C. dos Ouros.

Resgate em 1998 pelo IEPHA-MG (arque. Fabiano e Breno).

Relatório pelo IEPHA – MG. E Laudo do Crânio pelo Prof. Walter Neves do MAE/USP.

Restauração pelo IEPHA – MG (Vânia).

Material: 2 urnas fechadas, 1 urna aberta, 1 urna decorada, componentes ósseos (crânio).

GPS: S 22° 24' 58.3'', WO 45° 47' 51.6'', Altitude = 873.1m.



Cerâmica Decorada: Tradição Tupiguarani



S2 = Sepultamento 2.

Local: Rua Gilberto Viana, 214, Bairro da Chácara, C. dos Ouros.

Resgate informal em 2000 por Paulo Araújo de Julheusa Nogi.

Material: 1 urna fechada, 1 urna aberta sem borda, componentes ósseos e dentes. Contas de cristal que foram extraviadas no IEPHA - MG.

Restauração feita no IEPHA – MG por Palazzo Spineli – da Itália.

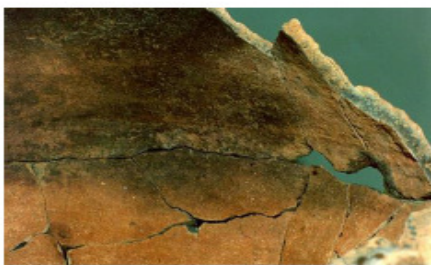
GPS: S 22° 25' 18.8", WO 45° 47' 38.9", Altitude = 882.0m.



Local do achado.



Restauração.



Restauração.

2001. Contrato da Prefeitura Mun. de C. dos Ouros com UFMG – André Prous.

Nome: Sítio Arqueológico Fazenda do Pinhal.

Sítio Escavado: Forno de Barranco da época cabocla.

Material: fragmentos cerâmicos da trad. Tupiguarai, com decorativas europeias e com geometrismos (africanismos?), material carbônico. Material até hoje nos arquivos da UFMG.

Relatório: por André Prous.

Local: Fazenda do Pinhal.

Data: Novembro de 2011.

Proprietário: André.

GPS: S 22° 26' 51.9", WO 45° 46' 54.9", Altitude = 862.7m.



Nome: Sítio Arqueológico da Creche.

Material Escavado: Frag. cerâmicos da Tradição Tupiguarani. Material até hoje nos arquivos da UFMG.

Relatório por André Prous.

Local: Esquina da Rua Cassiano Pinto com Rua Padre Aureliano. Bairro da Chácara. C. dos Ouros.

Data: Novembro de 2011.

Proprietário: Prefeitura Municipal de C. dos Ouros.

Local liberado após as escavações. Hoje existe construção no local.

GPS: S 22° 25' 21.8", WO 45° 47' 35.7", Altitude = 888.1m.



Nome: Sítio Arqueológico do Lico. (em 2001).

Material Escavado: Frag. cerâmicos da Tradição Tupiguarani. Material até hoje nos arquivos da UFMG.

Local. Antiga voçoroca no Bairro da Chácara. C. dos Ouros.

Data: Novembro de 2011.

Relatório por André Prous.

Proprietário: Sra. Catarina, conhecida como Dona Inha.

Proprietária na data proibiu a escavação e foi notificada sobre a existência de material arqueológico na área e sobre a necessidade legal de se fazer a liberação ambiental quando da ocupação futura do terreno.

GPS: Ver Relatório de Campo (novembro de 2008) e Relatório de Análise de Materiais Arqueológicos (2010) da empresa Cooperativa de Cultura, Loredana Ribeiro, Camila Jácome e André Prous.



Nome: Sítio Arqueológico do Dorgão.

Sítio Escavado: Casa Subterrânea no alto de uma montanha. Muro Circular de Terra. Material até hoje nos arquivos da UFMG.

Relatório por André Prous.

Local: Bairro do Quilombo em C. dos Ouros.

Data: Novembro de 2011.

Proprietário: Dorgão.

GPS: S 22° 24' 03.3", WO 45° 47' 43.0", Altitude = 1.001m.



Nome: S.4. Sepultamento 4.

Escavado: Conjunto Funerário Tupiguarani.

Local: Rua Luis Pereira Viana. Sítio do Lico. Bairro da Chácara em C. dos Ouros.

Data: 27 de março de 2013.

Proprietário: Prefeitura Municipal de C. dos Ouros. Logradouro Público.

Resgate: Marcelo Fagundes e Janderson Rubens Tameirão da UFVJ, e Alexandre Henrique Delforge do IPHAN – MG.

Material: em estudos na UFVJ.

GPS: S 22° 25' 25.2", WO 45° 47' 30.3", Altitude = 875.5m.



2.1. Arqueologia Tupi no sul Mineiro: evidências de uma história de longa duração

A região que atualmente atribuímos ao estado de Minas Gerais tem sido ocupada por grupos humanos há milhares de anos e suas diversas configurações geoambientais tem possibilitado arranjos sociais, culturais e econômicos diversos, por sua vez expressos nas materialidades produzidas por seus habitantes do passado (e do presente), resultando naquilo que denominamos de sítios arqueológicos.

Atualmente, de acordo com o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) e com o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) - versão online¹⁶ - o estado de Minas Gerais conta com 2.503 sítios cadastrados¹⁷, um dos estados com maior quantidade de sítios cadastrados no Brasil, ficando atrás do Rio Grande do Sul (3.951 sítios arqueológicos) e Paraná (2.746 sítios arqueológicos).

É preciso pontuar, no entanto, que a quantidade de sítios arqueológicos cadastrados não está diretamente relacionada a sítios existentes no estado, mas sim a quantidade de pesquisas arqueológicas que vem sendo desenvolvidas em cada região.

Para o estado de Minas Gerais, em específico, temos registros de pesquisas arqueológicas desde o século XIX, por ocasião de incursões realizadas por viajantes naturalistas estrangeiros, contratados para compor equipes científicas nos recém criados museus brasileiros¹⁸.

Desde as primeiras descobertas arqueológicas, realizadas por Peter Lund na região central do estado de Minas Gerais, muitos pesquisadores vinculados a universidades realizaram pesquisa em solo mineiro. No entanto, é a partir dos anos

¹⁶ Informações disponíveis em <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/cadastro-de-sitios-arqueologicos> acesso em 29/11/2022.

¹⁷ Cumpre informar que, no que se refere a porção territorial circunscrita pelo município de Conceição dos Ouros, o banco de dados do CNSA e SICG do Iphan se mostraram desatualizados, não apresentando quaisquer registros sobre os diversos sítios arqueológicos identificados em perímetro urbano e zona rural nas últimas duas décadas.

¹⁸ Devemos entender, portanto, que o início das pesquisas arqueológicas no Brasil está intrinsecamente vinculado à pesquisa antropológica e ao nascimento dos museus científicos, tais como o Museu Nacional, o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Museu Paulista. Trata-se de movimento político-ideológico em prol da construção de uma nova identidade nacional para o país recém independente. Esse movimento, embebido na lógica nacionalista e colonialista, busca criar uma narrativa histórica única, linear e evolutiva, consolidada no passado indígena romantizado e no futuro promissor da nação (SCHUARKZ, 1993).

2000, com o aumento de obras de infraestrutura (abertura de rodovias, loteamentos, empreendimentos ligados a geração de energia, etc.) e o consequente refinamento da legislação e ações e no licenciamento ambiental, que novos contextos arqueológicos foram descobertos.

No caso específico de Conceição dos Ouros, evidências arqueológicas foram frequentemente encontradas pela população local desde as primeiras instalações. O rico contexto arqueológico evidenciado tanto em áreas do perímetro urbano como na zona rural, exigiu (e ainda exige) estratégias de preservação que envolvessem a população local. Assim, a partir de convenio firmado entre a prefeitura de Conceição dos Ouros e o governo do estado de Minas Gerais, no final dos anos 1990, foram oferecidos cursos de formação na área de cultura e patrimônio.

Nas últimas décadas, alguns pesquisadores se dedicaram ao estudo do contexto arqueológico em Conceição dos Ouros, entre eles André Prous, que junto a pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais, realizou atividades de campo e análise em laboratório (PROUS, 2001; RIBEIRO, JÁCOME & PROUS, 2010).

Também destacamos o trabalho contínuo que vem sendo desenvolvido pelo arqueólogo Paulo Araújo de Almeida (2004, 2005, 2019) no levantamento e registro de sítios arqueológicos e áreas de ocorrências, bem como na articulação para a musealização da arqueologia no município.

É consenso entre os pesquisadores supracitados que a região de Conceição dos Ouros fora ocupada por povos indígenas filiados ao tronco Tupi. Esses que vem sendo alvo de interesse e curiosidade desde os primeiros anos de situação colonial, seja por parte dos colonizadores, religiosos, indigenistas e até mesmo por pesquisadores não-indígenas. Mais de cinco séculos de “contato”¹⁹ possibilitaram a formação de um rico acervo documental que reúne fotografias, ilustrações, relatos de viagens, registros linguísticos, objetos, mapas, etc.

¹⁹ Denominamos aqui de contato as diversas relações que permearam a interação entre esses povos indígenas e a população não indígena. Essas relações integram o emaranhado de trocas, ofertas, saques e outras que refletem acordos e conflitos. No entanto, consideramos importante ressaltar que, ainda que reconheçamos a assimetria existente entre indígenas e não indígenas (agentes colonizadores, religiosos, pesquisadores, etc.), reconhecemos o papel ativo dos indígenas no curso da história, lembrando que os povos originários compõem um grupo bastante heterogêneo, por vezes com interesses distintos, sendo impossível a polarização simples entre colonizadores e colonizados (ver COLWELL-CHANATHAPHONH, 2009).

Essa riqueza documental permitiu o desenvolvimento de inúmeras teorias a respeito desses povos. Afinal, o Tupi é o principal tronco-linguístico da América do Sul e seus falantes tem ocupado territórios que atualmente compreendem o território Brasileiro, além de Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia (CORREA, 2014).

A materialidade Tupi sempre chamou atenção de seus observadores, como bem nos lembra Mano (2019: 112)

Ao visitar as coleções arqueológicas e etnográficas dos índios no Brasil, invariavelmente os observadores se impressionam com os grandes vasos cerâmicos usados como urnas mortuárias. E esses objetos de fato nos afetam. Tocam nossos sentidos e imaginação, de indiferença (MANO, 2019: 112).

A estética Tupi, com destaque à cerâmica (com suas texturas, cores e formas), foi um dos principais fatores de interesse entre curiosos e pesquisadores que, desde o século XIX coletam objetos para compor acervos de museus e universidades. A fase artística da arqueologia brasileira²⁰ (MORAES, 2006), permeada pela teoria da degeneração (NOELLI & FERREIRA, 2007), se concentrou na formação de coleções com objetos inteiros e com feições estéticas que se assemelham com a europeia.

A partir de meados anos 1960, com a atuação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), uma nova abordagem arqueológica passou a se dedicar aos estudos sistemáticos dos contextos e artefatos arqueológicos. Esse período ficou conhecido na arqueologia brasileira pela transposição de conceitos e metodologias estrangeiras que ainda hoje são reproduzidos sem muito senso crítico (ver DIAS, 2007). Estamos falando do sistema classificatório em tradições e fases, bem como na seriação como metodologia para datação relativa e mudanças sociais.

Foi nesse período que os arqueólogos cunham o rotulo tradição Tupiguarani (sem hífen) para designar um conjunto de artefatos e contextos arqueológicos específicos cujas características permitem seu enquadramento classificatório (CORREA, 2014)²¹.

²⁰ Esse período entre o século XIX e início do XX é também conhecido como período formativo da arqueologia brasileira, momento marcado pela atuação de pesquisadores estrangeiros (BARRETO, 1999-2000) e por arqueólogos “amadores” (PROUS, 1992).

²¹ A respeito das terminologias, sugerimos a leitura de Correa (2014) em que o autor apresenta um minucioso histórico dos termos Tupi, Guaraní, Tupiguarani, Tupi-Guarani e outros equivalentes que são, ora, utilizados como sinônimos, ora como termos específicos para designar etnia, filiação linguística ou ainda materialidades.

Ficou estabelecido que a tradição Tupiguarani fosse atribuída a sítios com cerâmica, apresentando pintura policroma (vermelho e ou preto sobre engobo branco ou vermelho) fora da bacia amazônica, e técnicas plásticas d acabamento preponderando o alisado, o corrugado, o unglado, escovado, além de superfícies apenas engobadas (CORREA, 2014: 59).

Cumprir informar que a atuação do PRONAPA fora marcada pelo distanciamento entre arqueologia e sociedade, ou seja, buscava-se desenvolver estudos dedicados aos objetos e contextos arqueológicos sem estabelecer qualquer relação com as histórias indígenas. Essa prática foi crucial para a composição de um quadro arqueológico de referência com dados oriundos de pesquisas realizadas em diversos estados brasileiros. No entanto, sua abordagem classificatória desconsiderou o diálogo com outras áreas do conhecimento, tais como a linguística, a antropologia e a etnohistória, assumindo os riscos de uma arqueologia vazia e sem qualquer relação com os povos indígenas historicamente conhecidos.

Apenas em meados dos anos 1970, temos pesquisadores que consideram a interdisciplinaridade como caminho profícuo para a interpretação do registro arqueológico. Assim, ainda influenciados pelo difusionismo, pesquisadores se debruçam sobre fontes antropológicas e linguísticas em busca de um centro de origem dos povos Tupi. Meggers (1975) e Brochado (1984) apresentaram importantes modelos de origem e dispersão desses povos. Ambos modelos reconhecem a origem amazônica da cultura Tupi. Para Meggers (1975), essa origem estaria entre a fronteira entre Brasil e Bolívia, a leste do rio Madeira, de onde pequenos grupos se dispersariam, sobretudo no sentido meridional.

Em contrapartida, o modelo proposto por Brochado (1984) propõe como centro de origem à Amazônia Central, na área de confluência entre os rios Amazonas e Madeira. A partir daí, duas grandes rotas migratórias foram estabelecidas, uma seguindo o rio Amazonas rumo ao litoral, outra no sentido meridional, alcançando o rio da Prata.

Assumindo a tecnologia cerâmica como elemento-chave para compreender os movimentos migratórios dos povos então associados à chamada tradição Tupiguarani, Brochado (1984) e La Salvia e Brochado (1989) a dividem em dois conjuntos:

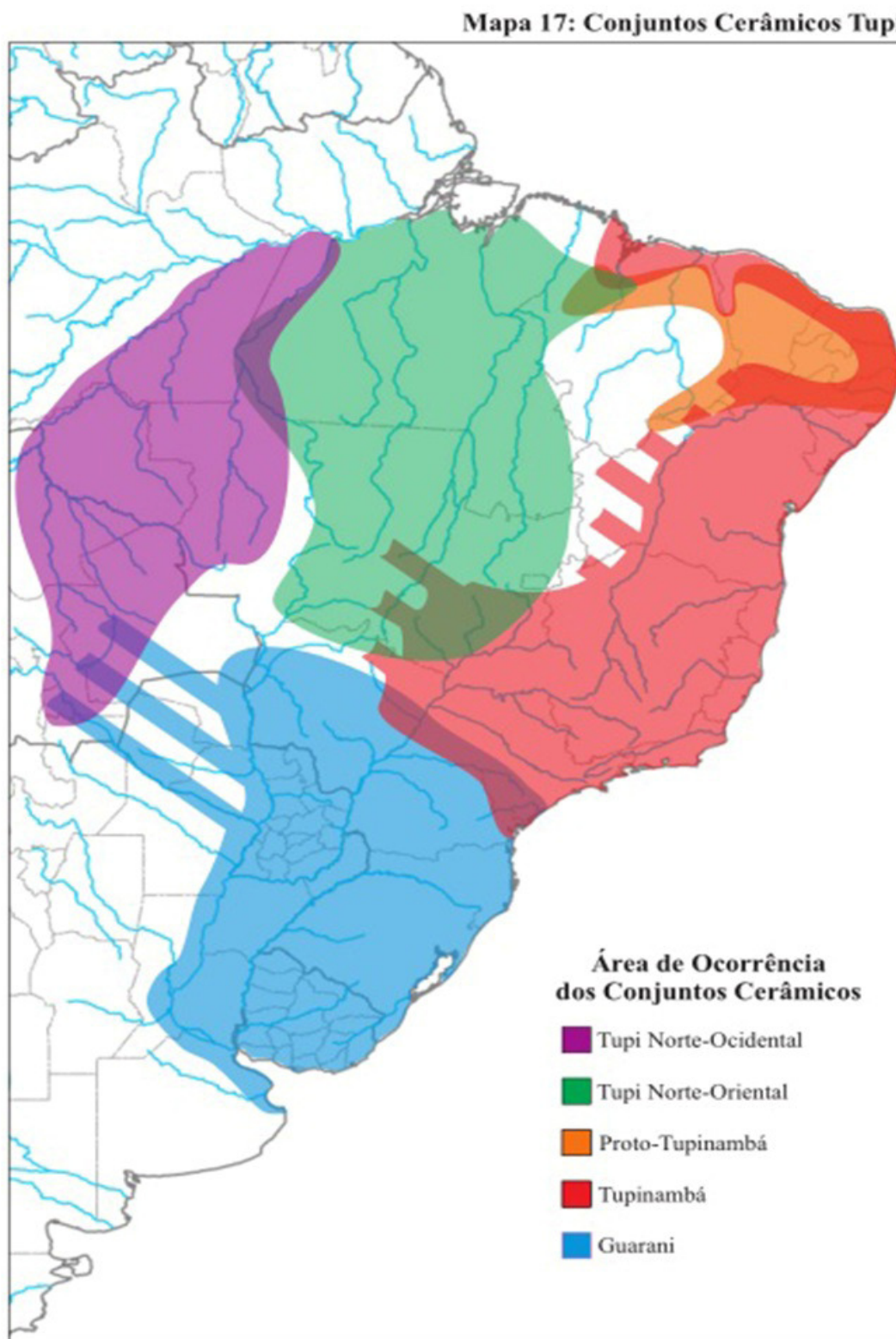
- Tupinambá: associado aos grupos que seguiram o rio Amazonas, alcançaram a costa e se dispersaram por toda a faixa litorânea até o atual estado do Rio Grande do Sul. Esse conjunto é definido pelo predomínio de vasilhas rasas e abertas, tigelas quadrangulares e elípticas; pela preferência pela decoração pintada em detrimento das plásticas. Os padrões gráficos costumam combinar linhas muito finas, curvilíneas, frequentemente combinadas com pontos;
- Guarani: associado aos grupos que migraram rumo ao rio da Prata. Esse conjunto é definido pelo predomínio de vasilhas fechadas, algumas com contorno composto ou complexo; pela preferência pela decoração plástica, sobretudo o corrugado. Quando pintadas, os padrões gráficos costumam combinar linhas grossas;

Esses dois modelos têm sido constantemente revisitados. Algumas adequações foram propostas a partir da ampliação dos dados cronológicos e da descoberta de novos sítios.

Correa (2014) avança com a leitura dos conjuntos cerâmicos. Em sua tese, analisa vasilhas que compõem acervo de diversos museus brasileiros. O levantamento minucioso das formas e estilos decorativos leva o autor a dividir a ampla tradição Tupiguarani em cinco conjuntos, a saber: Tupi norte-oriental; Tupi norte-ocidental; Proto-Tupinambá; Tupinambá e; Guarani. Os dois últimos conjuntos consistem naqueles já definidos por La Salvia & Brochado (1989). No que se refere aos conjuntos Tupi norte-oriental e Tupi norte-ocidental, esses se distribuem, predominantemente, entre as regiões amazônica e pantaneira. Um diferencial das cerâmicas Tupi do Norte, seria a pintura com faixas largas no campo principal, um traço recorrente entre as cerâmicas do sul-amazônico.

Também um terceiro conjunto é estabelecido, o Proto-Tupinambá, cujos aspectos formais e decorativos mesclam elementos das cerâmicas amazônicas e litorâneas. Sua distribuição espacial abrange porções de ambientes intermediários entre a Amazônia, o semiárido e o litoral nordestino. A Figura 1 apresenta o mapa com distribuição dos conjuntos cerâmicos Tupi de acordo com Correa (2014).

Imagem 08: Distribuição dos conjuntos cerâmicos Tupi de acordo com Correa (2014)



A região precisa de Conceição dos Ouros, de acordo com a classificação proposta por Corrêa (2014), se caracteriza pela presença de vasilhas do grupo Tupinambá. Almeida (2019) registra ao menos sete sítios arqueológicos e/ou áreas de interesse arqueológico no município de Conceição dos Ouros. Destaque deve ser dado ao sítio Fazenda Pinhal (Coordenada UTM 23K 419543 7517402), identificado em 2001, onde se registra um forno de barranco (ALMEIDA, 2019). Embora sejam raras, estruturas semelhantes foram registradas por Robrahn-González e Zanettini (1999) no sítio Santa Marina, igualmente associado ao conjunto Tupinambá, localizado no município paulista de Jacareí, na Vale do Paraíba; e também por Magalhães (2015) no sítio Inhazinha, associado aos povos Jê, localizado no município mineiro de Perdizes.

Também o sítio do Lico (Coordenada UTM 23K 419411 7519898) merece destaque, pois contou com ações interventivas sistemáticas pela equipe de arqueólogos da Universidade Federal de Minas Gerais (RIBEIRO, JÁCOME & PROUS, 2010). De acordo com a equipe,

O Sítio do Lico consiste no registro arqueológico parcial de uma aldeia Tupiguarani, possivelmente habitada num momento logo anterior ou até mesmo contemporâneo à ocupação colonial da região – século XVII. O assentamento indígena foi instalado numa colina de suave inclinação na margem esquerda do Rio Sapucaí Mirim, a cerca de 2 km de sua margem, provavelmente com duas pequenas ‘aguadas’ (grotas suaves) disponibilizando abastecimento hídrico local. Uma delas, encontrada na porção sul do sítio, correspondia a uma nascente até poucas décadas atrás, segundo os moradores (RIBEIRO, JÁCOME & PROUS, 2010: 5).

Dentre os materiais líticos, destacamos a diversidade de matérias primas, tais como arenito, quartzo, quartzitos, entre outros. Além disso, destacamos a presença de artefatos lascados, polidos (fragmento de mão-de-pilão) e peças brutas utilizadas na confecção de outros objetos, tais como os seixos (percutores) e blocos de arenito cujos sulcos (canaletas) acusam sua utilização na produção hastes e setas de madeira (RIBEIRO, JÁCOME & PROUS, 2010).

A indústria cerâmica do sítio Lico, por sua vez, conta com vasilhas de dimensões e formas variadas. Ganham destaque as vasilhas abertas com pintura de linhas e pontos pretos sobre engobo branco e faixas vermelhas utilizadas para delimitação de campos visuais. Além disso, vasilhas com contorno restrito e superfície externa corrugada.

Algumas peças apresentaram face interna corroída, atestando a prática da fermentação (ver RIBEIRO, JÁCOME & PROUS, 2010).

As características evidenciadas no sítio Lico, apontadas por Ribeiro, Jácome e Prous (2010), vão de encontro àquelas propostas por Corrêa (2014) para o denominado conjunto Tupinambá.

O contexto é reforçado pelas pesquisas realizadas por pesquisadores da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (FAGUNDES, 2021) no Bairro da Chácara e pela pesquisadora Lilian Panachuk (2017).

Podemos dizer que Conceição dos Ouros apresenta um histórico de pesquisas de referência para que possamos compreender sua ocupação a longo prazo por povos de matriz cultural Tupi. Se considerarmos a distribuição dos sítios e áreas de ocorrência arqueológica, podemos propor uma leitura desse território a partir dos padrões de organização política e social registrados para os Guarani por Noelli (1993) e Dias et al (2008). Assim, o atual município de Conceição dos Ouros estaria assentado sobre um conjunto de aldeias (*tekoá*) que abarcam um sistema de assentamento mais amplo, o *guará*, definido por Dias et al (2008: 8) como uma “região definida, cuja manutenção é garantida por alianças entre várias aldeias, estando sob a liderança de uma pessoa de grande prestígio político e espiritual que dominava extensos trechos das bacias hidrográficas”.

Essa hipótese pode ser testada futuramente mediante o desenvolvimento de novas ações nos sítios já registrados e registro de novos sítios na região de interesse. Por hora, o que propomos é a possibilidade de pensarmos o registro arqueológico dentro de amplo contexto regional que dialogue com a etnohistória dos povos indígenas, a fim de compreender as dinâmicas sociais que permeiam sua presença no território.

3. ASPECTOS HISTÓRICOS DE CONCEIÇÃO DOS OUROS

3.1. Anotações sobre a História Indígena na bacia do Rio Sapucaí-Mirim e seus Municípios.

As origens étnicas originais dos grupos indígenas foram constantemente negligenciadas pelas designações históricas anotadas na documentação colonial. Tudo contribuía para homogeneizar as diferenças culturais dos grupos indígenas através da aplicação de nomes genéricos, e isso acontece também na região extremo sul do atual Estado de Minas Gerais no curso do Rio Sapucaí-mirim. Nomear o indígena indistintamente foi procedimento comum principalmente no século XVIII como vemos na documentação mais abundante referente à área principal de extração mineral das Minas Gerais. A arqueologia que hoje, muitas vezes, se depara com diferenças culturais distinguindo modos de vida diversos a partir da cultura material legada por esses grupos, pouco encontra na história documental registros escritos capazes de trazer luzes a assertivas identitárias conforme distinções por vezes verificáveis em utensílios e sistemas de ocupação da paisagem.

Todavia estudos historiográficos baseados em documentos específicos ainda estão por ser feitos, por exemplo, em relação ao bandeirante Gaspar Vaz da Cunha, conhecido como o *Jaguara* (Cão Feroz) que desbravou a região da Serra da Mantiqueira entre 1700 e 1715 em busca dos caminhos para as minas de “*Itagiba*”, (atual Itajubá). Originário da cidade de Taubaté, foi juiz ordinário e de órfãos e recebeu sesmaria em 1700. Ele teria chegado próximo ao local mais tarde conhecido como Campo do Lima (atual Paraisópolis), numa proximidade de 6 léguas da atual Conceição dos Ouros (livro da Mercedes).

Atualmente vários municípios da região, em suas histórias grafadas em sites oficiais, apontam o bandeirante Gaspar Vaz como o início de suas histórias, falam mesmo de bandeiras de dizimação, com poucas ou nenhuma referência aos indígenas. Nos parece que as primeiras décadas do século XVIII constituem o período de mor interesse para pesquisas de eventuais documentos de expedições que a partir da

Taubaté porventura tenham passado pela área do médio Sapucaí-mirim e deixado alguma referência textual sobre os grupos indígenas ali então habitantes. Seria o caso do bandeirante Miguel Garcia Velho que entre 1703 a 1705 teria chegado próximo à atual Itajubá. Já o descobridor de minas de ouro em Santana do Sapucaí, José Pires Monteiro em 1745 ou Ângelo Batista Furtado em 1748 em Ouro Fino, poderiam com maior vantagem haver percorrido caminhos já formados desde o lado dos paulistas ou de Campanha, sem que haja passado pela via menor do Rio Sapucaí-mirim.

Os Registros do Ouro estabelecidos enquanto locais estratégicos na região, tais como Camanducaia (1769), Mandu (1770), Bicas Itajubá (1804) e Sapucaí-mirim (1821) podem fornecer informações sobre o movimento da riqueza mineral a ser taxada, o que se não informa diretamente sobre o estado do elemento indígena na região, permite inferir a movimentação e contatos então em vigência. (BARBOSA, *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, 382 - RIHG/SP, 28:171 - Documentos Interessantes, 11:77/78).

3.2. História Cultural de seus Patrimônios – Conceição dos Ouros

Os principais marcos legais do município estão associados a publicação em 7 de abril de 2005 da Lei Municipal n. 1.382, Norma de Proteção do Patrimônio Cultural, bem como do Decreto n. 723 de 8 de abril de 2005, que cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Conceição dos Ouros.

No ano de 2006 começaram a estabelecer um plano de ação para fazer inventários dos bens culturais do município. Foi elaborado um histórico do município dentro do IPAC/MG (Inventário de Proteção do Acervo Cultural). Nele as áreas a serem inventariadas foram divididas em 4 zonas a partir do Distrito Sede para os bairros, que receberam identificação cartográfica e levantamento fotográfico a fim de identificar os bens a serem inventariados. Foram elaboradas fichas de estruturas arquitetônicas e urbanísticas de bens imóveis e integrados, do patrimônio arqueológico, sítios naturais relevantes e bens imateriais.

A partir de 2007 passa a ser elaborado um Relatório de Investimentos no setor da cultura e do patrimônio Cultural a fim do município fazer jus aos repasses de ICMS

segundo a Lei Estadual conhecida como Robin Wood. Nesse ano de 2007 destaca-se o registro da Festa do Polvilho com evento de manifestação cultural. Também parte do acervo do MAHCA, como as urnas indígenas e a coleção lítica são registradas. Nas listagens de bens a serem inventariados do ano de 2007 constam os locais dos sepultamentos indígenas resgatados na área urbana e vários sítios arqueológicos.

Em 2007 é decretado o Tombamento Municipal do prédio do Cine Ouros, com levantamento dos respectivos bens móveis e integrados à edificação.

Durante os anos subsequentes (até 2022) seguiram os trabalhos do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural e os contratos anuais com a empresa Rede Cidade para elaboração de inventários e tombamentos do patrimônio.

Em 2008 elaboram-se os Inventariados vários bens imateriais como a Festa da Padroeira N. Sra. da Conceição, Tapetes de rua da Semana Santa, Festa Junina e Festival de Comidas Típicas. Também foram inventariados sítios naturais como a Serra do Careca, Prainha dos Euclides e Prainha dos Pilões e a Serra do Quilombo. Na página 77 do Relatório temos o Inventário do Museu de C. dos Ouros. Ainda Inventários de imóveis urbanos, principalmente localizados nas avenidas principais da cidade. Inventário de documentação cartorial, como escrituras de compra e venda de escravos, de bens imóveis principalmente imaginárias do acervo da Igreja Católica.

Em 2009, os Bens Tombados; Acervo de achados arqueológicos do MAHCA e Cine Ouros. Em 2010, comprovantes de investimentos em bens tombados e inventariados. Já em 2011: Laudos técnicos de conservação e comprovantes de investimentos. Assinalamos que vários imóveis urbanos inventariados e não tombados foram demolidos ou descaracterizados nos anos subsequentes. Nesse ano foi feito Projeto em educação patrimonial “Conhecendo Nossa Cidade”, nas Escolas de Ensino Fundamental do Município.

Em 2012: Dossiê de Tombamento da Prainha dos Pilões. Projeto Educar 2012, Arqueologia Através da Educação em várias escolas. Vários livros de registro de projetos em educação e arqueologia realizados em escolas. Complemento do Dossiê de Registro do bem imaterial Festa do Polvilho.

Em 2013... (ainda não verifiquei os anos seguintes até 2022).

Os bens do Patrimônio Cultural de C. dos Ouros foram inventariados desde do ano de 2006 até o ano de 2020. A partir de então passaram a ser feitas revisões dos bens inventariados e laudos dos seus estados de conservação. Salientamos que alguns bens como sítios arqueológicos em bairros da zona rural (2) e sítios naturais como cachoeiras e pedreiras de esporte radical ainda não foram inventariados.

Em 2023: Cronograma de atualização do Inventário do Patrimônio Cultural de Conceição dos Ouros – MG.

Bens já tombados pelo município:

- Material arqueológico (2006)
- Cine Ouros (2007)
- Acervo do Museu (2007)
- Sítios arqueológicos (2007)
- Prainha dos Pilões (2009).

O poder público municipal foi alertado a respeito dos Cadernos de Inventários e Relatórios do Patrimônio Histórico e Cultural de Conceição dos Ouros, apresentados anualmente pela Rede Cidade como produtos de contratos municipais compõem cerca de 50 volumes. Os mesmo se encontram hoje nas dependências da Secretaria de Cultura no Ginásio Poliesportivo, mal acondicionados em arquivos de plástico, dobrados, sujos e empoeirados. Estão trancados e sem acesso livre aos munícipes, o que contraria a legislação e pode gerar sanções da parte do IEPHA.

3.3. Livros sobre Conceição dos Ouros - História Cultural e seus Patrimônios

Os principais livros a respeito dos patrimônios e da história cultural do município são: “Salve Ouros, Cidade Querida”, da historiadora Mercedes Carvalho Campos, 2002 e “Arqueologia em Conceição dos Ouros”, do arqueólogo Paulo Araújo de Almeida, 2005.

Na publicação de Almeida (2005) são abordados elementos associados a respeito de como surgiram e como se deu a formação histórica de Ouros e como se configurou

o modo de vida (cultura) local: Os períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial. Bem como o autor enumera os principais elementos do patrimônio histórico e cultural do município ao se preocupar com as ações de preservação do patrimônio cultural no município. Para isso faz uma descrição e análise das principais ações de preservação e incentivo à cultura local, além de um histórico e análise da legislação municipal de preservação do patrimônio histórico e cultural existente em Conceição dos Ouros e passa a descrever aspectos do nascimento, desenvolvimento e perspectivas do MAHCA (Museu do Índio), no contexto dos resgates e as pesquisas arqueológicas no município.

Da perspectiva da historiadora Mercedes Campos (2002), temos que a história colonial e pós-colonial de Conceição dos Ouros mantém forte relação com a Igreja Católica. A partir do antigo povoamento conhecido como Barra de Ouros, ainda antes do século XIX quando ocorreu a doação de patrimônio por fazendeiros para a edificação da primeira capela, a presença dessa religião buscava hegemonia cultural em relação aos modos de vida presentes nos grupos subordinados socialmente, como as antigas manifestações espiritistas indígenas e às crenças fortemente ligadas à natureza de origem africana. Já na segunda década do século XX, surge a Igreja Presbiteriana, também influenciando parte da população e responsável pelo incentivo de uma forte cultura musical na cidade. No final do século XIX, Ouros já contava com duas bandas, a “Banda de Música Nossa Senhora da Conceição” e a “Banda de Música São Sebastião”. Além das apresentações principalmente em festividades religiosas na cidade, como Festa do Divino, São João, Nossa Senhora Aparecida, entre outras, vale lembrar que se tratava de um movimento artístico regional, com visitas e apresentações em vários municípios vizinhos no sul de Minas Gerais, que também mantinham suas próprias bandas. Até os anos 1920 as bandas recebiam apoio dos vigários da paróquia e estavam ligadas à Igreja Católica ou à Presbiteriana. Em 1937 foi criada a Lyra São Luís, e em meados do século XX passaram a batuta da Escola Estadual. A história local registra várias personalidades que contribuíram para a cultura musical do município.

Em artes plásticas, tem-se notícia de um escultor de imagens religiosas e alguns pintores. O teatro teve grande expressão no pequeno município desde o início do século XX e até mesmo no final do XIX existiu o conhecido Teatro de Marionetes. Nos anos 1930 destaca-se o “Grupo Dramático da Congregação Mariana dos Ouros e Unionistas

de Santa Filomena”, com várias encenações que ficaram na memória da população. Peças teatrais eram escritas e apresentadas primeiramente no antigo salão paroquial, depois nas escolas municipais e no prédio do Cine Ouros.

A formação urbana e a constituição dos bairros rurais...

O cinema já era conhecido na cidade mesmo antes de meados do século XX, desde a chegada da luz elétrica em 1924. Em 1956 a Câmara Municipal aprovou a construção do prédio do Cine Ouros. A partir de então o cinema passou a ser o ponto alto dos encontros culturais com sessões sempre repletas de audiência. As películas, que vinham pela antiga jardineira da estrada então de terra, eram sobretudo comédias, musicais, Mazzaropi, faroeste, destacando-se fitas de temas épicos romanos, gregos, egípcios, o que se desdobrava durante os períodos carnavalescos em preciosos desfiles de carros alegóricos e blocos temáticos. Os intervalos do cinema, para reparar a película ou trocar o rolo, promoviam ampla convivência social, com música no autofalante da eletrola e quitutes no saguão.

Importante para a memória cultural de Conceição dos Ouros, a edificação do Cinema recebeu tombamento em 17 de janeiro de 2007, através do Decreto nº. 794/2007, em conformidade com os fins estabelecidos pela Lei nº. 1.382 de 07 de abril de 2005 e conforme decisão registrada em reunião realizada pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Conceição dos Ouros em 18 de janeiro de 2007 e Inscrição de nº. 02 no Livro de Tombo datada de 18 de janeiro de 2007. Atualmente o local denominado Centro Cultural Roberto Rosa, está recebendo estudo para abrigar em seus amplos espaços o projeto de adaptação e transferência do MAHCA – Museu Arqueológico, Histórico, Cultural e Ambiental de Conceição dos Ouros.

A cultura enquanto modo de vida, em Conceição dos Ouros esteve sempre estreitamente vinculada ao meio ambiente à vida rural, à agricultura de subsistência, destacando-se desde o período pré-colonial a pesca, caça e os pequenos roçados, sendo que se constituiu em rancho de passagem no período dos bandeirantes e tropeiros, depois a monocultura do café nas grandes fazendas escravistas do século XIX, mas sempre em continuidade com a lavoura, principalmente a mandioca, o milho, feijão, arroz, batata, cana de açúcar e a pecuária (leite e queijo). Com origem na mandioca indígena, destaca-se ainda hoje a agroindústria do polvilho e as fábricas de pão de

queijo. Significativas são as raízes culturais indígenas e africanas na história local, que ainda hoje influencia aspectos da vida do povo ourense, seja em suas festividades, na culinária, em usos e costumes tradicionais, e mesmo no sincretismo religioso, uma vez que hoje o município conta com três centros, terreiros e tendas de umbanda. Nos anos 1990 começou a diversificação na produção econômica, com a instalação de fábricas de autopeças, indústrias de móveis, costura, placas de gesso para a construção civil e serviços em geral. Atualmente a atividade turística começa a estruturar-se no município, com amplo apoio do poder público.

Para a atualização de informações a respeito dos Bens Culturais e a Arqueologia o município contrata os trabalhos da Rede Cidade (empresa contratada pelo município desde 1998 visando receber repasses de ICMS Cultural-MG). Desde o início do fechamento do contrato com a Prefeitura Municipal, suas ações estão associadas a inventariação dos bens, dossiês de tombamentos no decorrer dos anos desde 1998. Atua na elaboração da listagem e análise dos bens culturais imóveis, móveis e imateriais cadastrados no município. As principais festividades e entidades da sociedade civil no município, bem como registrando o contexto da arqueologia no movimento e nos trabalhos oficiais de preservação dos bens culturais.

O município também está investindo em perspectivas da arqueologia e do conjunto dos bens culturais de Conceição dos Ouros a partir de um projeto de turismo contratado pelo município em 2022.

3.4. História do Bairro da Chácara em Conceição dos Ouros

A cidade de Ouros está situada junto às margens do Rio Sapucaí-mirim entre duas cachoeiras. Essa encosta do rio já era habitada pelo menos há dois séculos antes do “descobrimento” do Brasil, como atesta a arqueologia através de datações científicas. Grupos indígenas da tradição Macro-Jê e Tupi-guarani viveram no local, sendo que vestígios dos primeiros são encontrados em altos de montanhas no município – habitações subterrâneas – e dos últimos, cerâmicas utilizadas em sepultamentos, vêm sendo resgatadas desde 1998 e compõem hoje o acervo principal do Museu do Índio de Ouros. A cidade atual é composta de vários bairros, principalmente rurais e na sua parte

urbana, o Bairro da Chácara compreende a área onde se tem encontrado mais materiais indígenas e onde se concentram os trabalhos de pesquisa em arqueologia. Assim, a história da “Chácara dos Euclides”, como é denominada, remete diretamente a sua ocupação pré-colonial pelos grupos indígenas, mas revela também importantes e diferentes períodos na formação histórica de Ouros.

Tem-se notícia de que no século XIX o local era propriedade de um tal Padre Avelino. Anteriormente, nos séculos XVI, XVII e XVIII o local foi, como toda a encosta do Rio Sapucaí-mirim entre as duas “prainhas ou cachoeiras”, passagem para apresamento de índios, para busca das catarias de ouro que existiram na região, constituindo no local um povoamento que se integrou ao antigo aldeamento indígena. A denominação que ficou desse período anterior à fundação da vila de Nossa Senhora da Conceição das Cachoeiras no século XIX foi “Barra de Ouros”.

O Padre Avelino, dono daquelas terras já no final do século XIX mantinha uma cozinheira e ajudante para seus serviços domésticos. Não sabemos se ela era indígena, descendente, ou de origem africana, mas se sabe que em determinado período essa senhora foi enviada para residir na cidade vizinha de Paraisópolis, onde teve uma filha a qual foi dado o nome de Laura. Retornando finalmente a servente para Ouros a fim de cuidar do Padre Avelino já velho e doente, veio o reverendo a falecer. Aberto seu testamento, a surpresa foi geral e também houve indignação, pois no espólio o padre deixava toda a área hoje chamada Bairro da Chácara para a senhorita Laura, sua filha e não para a Igreja Católica como naturalmente se supôs que o fizesse. Todavia, apesar de ser fato notório e conhecido que a filha era do próprio padre, seguiu entre os descendentes familiares a estória de que a criança teria sido abandonada e fora lançada pela mãe desconhecida em um chiqueiro de porcos. Encontrada a criança pelo padre, este se compadeceu da recém-nascida e a tomara como filha de criação.

Crescida, Laura casou-se com o senhor Euclides Viana dando origem a numerosa descendência, cidadãos que se tornaram herdeiras da área da Chácara. Como permanecia certo preconceito sobre a filha do padre, com o casamento de Laura com Euclides o local veio a se estabelecer com o nome apenas de “Chácara dos Euclides”.

A cidade que teve sua fundação a partir de doação de área pelo Major Felix da Motta Paes em 1854 para a Igreja Católica, a princípio se legalizou com Capela, terreiro

e alguns arruamentos. O local hoje denominado Chácara dos Euclides, onde existiu o antigo aldeamento indígena e o povoamento colonial é contíguo à área do patrimônio doado, e foi crescendo no decorrer do século seguinte (XX). Na década de 1960 os grandes latifúndios que haviam sido fazendas escravistas de café, por força de lei, tornaram-se em empresas rurais e seus colonos vieram para residir na cidade. Para isso adquiriram pequenos lotes aos descendentes da família do esposo de Dona Laura, o Euclides Viana.

Na Chácara foram construindo suas moradas, cujos pequenos lotes eram tradicionalmente separados por cercas de bambus. O crescimento do comércio, a vinda e instalação de novas indústrias na cidade a partir dos anos 1980, trouxe uma melhora geral no poder aquisitivo da população residente no bairro, que começou a construir muros no lugar das antigas cercas de bambus. Foi nesse processo que, por vezes, se encontraram mais à miúdo as antes chamadas “caveiras de índio”. Isso sempre aconteceu na cidade, que na verdade foi erigida sobre o antigo aldeamento indígena. Mas foi a partir dos anos 1990 que os achados arqueológicos, que se tratam principalmente de sepultamentos em urnas cerâmicas segundo a tradição Tupi-guarani, passaram a ser preservados e constituir o acervo do Museu do Índio. O MAHCA – Museu Arqueológico, Histórico, Cultural e Ambiental de Conceição dos Ouros, reúne hoje mais de 15.00 fragmentos de material indígena e expõe vários vasos cerâmicos provenientes principalmente de salvamentos arqueológicos ocorridos no Bairro da Chácara.

Com novos loteamentos na contiguidade do Bairro da Chácara e de acordo com a legislação de proteção ao patrimônio arqueológico presente na própria Constituição Brasileira, Ouros tem oportunidade de reconhecer sua origem e identidade. Trata-se de significativo patrimônio que coloca Ouros como referência na arqueologia regional e torna a cidade conhecida nacionalmente. Nesse processo, o Museu do Índio está sendo preparado para ser reconhecido pelo IPHAN como instituição de guarda e pesquisa em arqueologia e recebe projeto de ampliação e adequação para sua transferência para o antigo edifício do Cine Ouros. Hoje várias pesquisas em arqueologia fazem referência a Conceição dos Ouros, que deverá em futuro próximo receber cada vez mais visitantes,

o que irá desenvolver o turismo trazendo novas oportunidades de valorização ao município.

3.5. Aspectos culturais a respeito da mandioca no município de Conceição dos Ouros

Elemento importante dos aspectos culturais e econômicos do município de Conceição dos Ouros e associada a comida típica local, a mandioca e, principalmente seu derivado, o polvilho, é fonte principal que movimenta o município a cada ano no festival de pratos típicos conhecido como “Festa do Polvilho”, que envolve produtores e produtoras na elaboração de pão de queijo, sequilhos, brevidades, nhoques, doces e salgados. Quitutes que denominaram a cidade como “Capital do Polvilho”.

A Festa do Polvilho, realizada no mês de agosto teve início no ano de 1993, e era de âmbito local. a intenção da festa era divulgar os produtos oriundos do polvilho, que era o maior produto comercial da cidade. a festa foi interrompida por quatro anos e retornou no ano de 2001 com a gestão atual. A festa constitui no festival de pratos típicos, a coroação da rainha do polvilho que acontece na praça principal onde durante quatro dias acontecem shows variados.

A rainha da festa é escolhida entre as filhas dos produtores de polvilho. Quando não há uma candidata, a escolha sai do âmbito da família dos produtores e é feita pela comissão organizadora. Quando eleita, a rainha recebe um manto e faixa brancos simbolizando o polvilho, cetro e coroa.

A festa acontece na praça onde é montado um palco para a coroação e shows musicais. Na praça durante os festejos monta-se uma barraca restaurante, onde se vendem quitutes, bebidas, durante os quatro dias de festa. Além desta montam-se também barracas de artesanatos típicos da região (PMCO, 2022).

Abaixo se apresenta uma Cronologia a respeito da manipulação da Mandioca e produção de Polvilho.

Tabela 02: Cronologia sobre a Mandioca e Polvilho em Conceição dos Ouros

Século XIV	1301-1400	Nativos (Mandioca) Farinha, beijou, cauim.	Aldeamento Indígena Datação do Sepultamento S1 em Ouros Conjunto funerário com caveira do índio
Século XV	1401 - 1500	Nativos (Mandioca) Farinha, beijou, cauim.	Aldeamento Indígena "Descobrimento" do Brasil
Século XVI	1501-1600	Nativos, europeus, e primeiros africanos (Mandioca) Farinha, beijou, cauim.	Aldeamento Indígena 1 ^{as} entradas de apresamento de indígenas. 1530 - Expedição de Martim Afonso de Sousa. 1532 - Fundação de São Vicente: Centro do comércio de índios escravos. 1549 - Fundação de Salvador 1565 - Fundação do Rio de Janeiro
Século XVII	1601-1700	Nativos, europeus, africanos, mamelucos, cafuzos, mulatos (Mandioca) Farinha, beijou, cauim. Entradas de apresamento ao Sertão de Cataguá desde o Vale do Paraíba	Aldeamento Indígena Datações - Sítio do Lico em Ouros Termoluminescência 1679 (Variação de 1629 até 1729). Sepultamento 2?
Século XVIII	1701-1800 S2? Forno de barranco?	Nativos, europeus, africanos, mamelucos, cafuzos, mulatos (Mandioca) Farinha, beijou, cauim. Bandeiras rumo a Minas	Barra de Ouros (Povoamento). Produção pequenas propriedades Datação - Sítio do Lico em Ouros Termoluminescência (Variação de 1629 até 1729). (Variação de 1704 até 1774). 1707 - Guerra dos emboabas (até 1709) 1725 - Entradas - Ouro 1729 - 35 Diamantes. Período áureo Ouro 35 - 54 1750 - Negros em Pinda - descida dos mineiros ao Vale (Crise do Ouro)
Século XIX	1801 – 1900 Forno de barranco?	Capela N. Sra. Da Conceição das Cachoeiras (1854) Nativos, europeus, africanos, mamelucos, cafuzos, mulatos CAFÉ, Fumo e (Mandioca) Farinha, beijou, cauim. Produção artesanal de polvilho.	Barra de Ouros Datação - Sítio do Lico em Ouros Termoluminescência (Variação de 1834 até 1884) 1808 - Vinda da família real para o Brasil 1822 - Primeiro Reinado 1824 – Chegada do Major Felix à região. Faz. Dores 1830 - Café dominante no vale – saída: Portos de Ubatuba, Caraguá e São Sebastião. 1842 - Revolução Liberal SP e MG. 1850-1900 - Comércio do Café - Força política dos Fazendeiros - Maior desenvolvimento. Palacetes e Porcelana 1854 - Capela N. S. da Conceição até 1861 1860 - Ouros é Distr. de Paz pertence a Paraíso 1862 = Doação do Patrimônio, demarcação e Segunda igreja (grande de taipa) até 1945. 1865 - Guerra do Paraguai - Apoio dos Fazendeiros do Café 1868 = Disputas com Cachoeiras - demarc. Territ. 1870 = Construção casarão do José Tito

			1870 - Sinais da crise - café = 56% export. BR 1880 - café = 61% das exportações do BR 1887 – Estrada de Ferro Vale do Sapucahy 1888 - Abolição 1889 - Proclamação da República
Século XX	1901 - 2000	(Mandioca) Polvilho Fábricas de móveis, indústrias, Metagal (1997), costura, gesso, alimentos.	1902 – Barão da Mota Paes e Dr. Carolino presos por organizar resistência à República em Pinhal 1918 – Primeira máquina de polvilho 1929 - Crise da Bolsa N.Y. Queda do café. 1949 - Instalação da Pref. Mun. de C. dos Ouros 1998 - Primeiro resgate Arqueológico oficial em Ouros. S1: Casa do Seu Pedro (perto Sta. Casa) 1999 - Inauguração do Museu Municipal 2000 – Achado S2. Sepultamento de contato.
Século XXI	2001 - 2010	(Mandioca) Polvilho, Indústrias, Serviços e Turismo.	2001 - Primeiras escavações arqueológicas em Ouros (UFMG). 2002 – Livro: Salve Ouros da Dona Mercedes 2005 – Livro: Arqueologia de Ouros. Paulo Araújo 2008 – Salvamentos no Lico – CIA de Cultura. 2021 – Reestruturação do Museu. 2022 – Restauração de Urna Indígena. - Projeto de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Museológico. - TAC – Projeto do Lico na Chácara (início). - Comissão de Gestão do Patrimônio Arqueológico e museológico. - Termo de Cooperação entre PMCO e Universidades (UFA, UEMG-Poços, UFU).

3.6. História cultural e os patrimônios materiais e imateriais de Conceição dos Ouros

Quando pensamos a questão do patrimônio compreendemos que é preciso superar a perspectiva de mera preservação e conservação, pois é sabido que essas não garantem a compreensão de seu significado de forma ampla. E muito menos garante a sua valorização e apropriação como algo que faça parte da memória e da história de toda a sociedade. Com esse intuito é que propusemos uma intervenção sócio participativa no âmbito do Programa de Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial no contexto do Sítio Arqueológico do Lico, Município de Conceição dos Ouros, Estado de Minas Gerais. O intuito é a garantia de ampliação do diálogo com as várias vertentes existentes no contexto arqueológico da área de Conceição dos Ouros.

O que buscamos é possibilitar uma reflexão comunitária pautada no processo de comunicação entre as partes. (CHAGAS, 1996, p.46) explica que; “É pela comunicação homem-bem cultural que a preservação das condições de documento o bem cultural emerge”. Ou seja, pela comunicação que se organiza a sociedade e assim define o que ela deseja preservar enquanto memória e história”. É sabido que várias são as formas de conduzir esse debate, que é necessário ações voltadas ao resgate de valores considerados importantes para uma efetiva retomada de sentido pelas pessoas. Só assim, será proporcionada a cidadania e a relação de pertencimento e agregação da memória e da história individual e coletiva.

3.6.1. Formação histórica do município: modo de vida nos períodos colonial e pós-colonial.

A história do município de Conceição dos Ouros está associada à busca por ouro, por garimpeiros desde o século XVIII. De acordo com relatos históricos, os bandeirantes vinham de Taubaté e enfrentaram grandes obstáculos oriundos da necessidade de desbravar a Serra do Mar. Descobriram a passagem do Embaú, atualmente conhecido como Cruzeiro. Chegavam aos vales do Rio Sapucaí, Verde e Grande.

Em 1692 os Bandeirantes Manoel Garcia, Antônio Veiga e seu Filho João da Veiga Chegaram ao Vale do Rio Verde onde acabaram por descobrir minas de ouro no Sul de Minas Gerais. Assim formaram o povoado de Baependi e Pouso Alto, sendo esses o lugar de origem das primeiras famílias de Conceição dos Ouros.

1703 a 1705 o Bandeirantes Miguel Garcia Velho percorreu o caminho e achou ouro e denominou como Minas novas de Itajubá. Em 1706 ele funda o arraial de Santo Antônio de Itajubá, depois denominado de Delfim Moreira, sendo esse o primeiro núcleo urbano de acordo com relatos históricos de Campos (2002). Como o declínio do ouro as pessoas do povoado buscam um local de clima mais agradável e menos acidentado dando origem a cidade de Itajubá, também outros povoados Brasópolis de acordo com historiografia produzida por Euclides Pereira Cintra apud Campos Carvalho Mercedes (2002).

Em 1748 Ângelo Batista Furtado descobriu Minas de ouro em Santa Ana do Sapucaí (Silvanópolis). No ano Seguinte Francisco Martins Lustosa foi nomeado guarda regente Mor desse descoberto, assim a existência de ouro atraiu os paulistas, passando por Camanducaia, Extrema, Cambuí e Pouso Alegre. Ainda em 1748 Ângelo Batista Furtado descobriu minas de ouro em Ouro Fino, então entrou em contato com Lustosa que em conjunto com Veríssimo João de Carvalho e ambos participaram da pesquisa na região.

No ano de 1755 foi instalado em Pouso Alegre o Registro de Mandu, para evitar o desvio de ouro das minas de Santa Ana e Ouro Fino. Em 1764- Luís Diogo Lobo da Silva, governador da Capitania de Minas Gerais, percorreu as terras da região para consolidar a posse mineira sobre a margem esquerda do Sapucaí, então pertencente à capitania de São Paulo. Já em 1770- Veríssimo João de Carvalho construiu na região que hoje é reconhecida como Calda uma cerca de troncos derrubados. A “tranqueira de Verissimo” essa cerca tinha por objetivo evitar a passagem dos paulistas, esses relatos estão nos documentos da diocese de Pouso Alegre no ano do jubileu de 1950, Dr. José Guimarães, apud Campos Carvalho Mercedes (2002).

Por volta de 1797 já havia caminho ligando Pouso Alto ao morro do Assobio, em Delfim Moreira, sendo um facilitador da vinda das famílias de Pouso Alto para as atuais terras intituladas Conceição dos Ouros. Até 1720, o estado de Minas Gerais, formava com São Paulo uma única capitania, contudo mais tarde foi motivado por rivalidade, assim a margem à esquerda do Sapucaí foi desmembrada por ação de um litígio ficando por muito tempo ligada ao bispado de São Paulo, mas intercalando com o bispado de Mariana em Minas Gerais. Assim, em 06 de novembro de 1810, Bom Jesus de Pouso Alegre se desmembra de Silvanópolis, até então os habitantes de ouros frequentavam esta capela. Em 02 de Janeiro de 1866 Conceição dos Ouros se desmembrou da freguesia de Pouso Alegre.

A fundação de Conceição dos Ouros está associada à história do Major Félix da Motta Paes que veio da região de Lorena por volta de 1794 e formou família de acordo com documentos encontrados na diocese de Pouso Alegre. Ainda de acordo com documento Felix Motta Paes adquiriu terras junto ao oratório das dores e aos trinta anos de idade desbravando matas e estruturando o povoado. Contudo, raramente o

sacerdote consegue chegar à região devido à grande distância, os fiéis acabam tendo que andar longas distâncias para congregar. Diante dessa dificuldade, os fazendeiros Feliz da Mota Paes e Inácio da Costa Rezende resolveram construir uma capela na divisa das propriedades. Mas, os planos iniciais acabam por ser desfeitos e apenas Inácio constrói a capela que foi dedicada a São João Batista, a primeira missa foi celebrada em 1854. Félix e Lucinda sua esposa acabam por construir uma outra capela no local conhecido com Barra dos Ouros, trata-se do ponto onde as águas do ribeirão dos ouros encontram as do rio Sapucaí Mirim sendo doado a área em formalizada em 24 de abril de 1854.

O povoado então se formou no em torno da capela desenvolve-se rapidamente. Em 14 de março de 1860, Conceição dos Ouros foi elevada a Distrito de Paz. A população sentiu necessidade de construir uma capela maior. E novamente sob a liderança do Major Félix da Motta Paes, novo templo foi erguido com sólidas paredes de “taipa pilão” de mais de um metro de largura, em estilo simples, sem torres. A fachada principal da igreja voltava-se para o leste, – direção da fazenda do doador das terras do patrimônio, conforme seu desejo.

Em 29 de março de 1862, a Capela foi declarada Curato, isto é, dirigida por uma cura ou padre. A 02 de janeiro de 1866, Ouros tornou-se Distrito de Pouso Alegre e a 26 de junho do mesmo ano, transformou-se em freguesia ou paróquia. Finalmente, aos seis de agosto de 1948, foi aprovada a Emancipação Política de Conceição dos Ouros. A Lei Estadual nº 336 que concedeu a emancipação foi promulgada em 27 de dezembro de 1948 e a instalação do município se deu no dia 1º de janeiro de 1949.

Em seu livro “Salve Ouros cidade querida” publicado em 2002 a autora Mercedes Carvalho Campos, explica que a história colonial e pós-colonial de Conceição dos Ouros mantém forte relação com a Igreja Católica. A partir do antigo povoamento conhecido como Barra de Ouros, ainda antes do século XIX quando ocorreu a doação de patrimônio por fazendeiros para a edificação da primeira capela, a presença dessa religião buscava hegemonia cultural em relação aos modos de vida presentes nos grupos subordinados socialmente, como as antigas manifestações espíritistas indígenas e às crenças fortemente ligadas à natureza de origem africana. Já na segunda década do século XX, surge a Igreja Presbiteriana, também influenciando parte da população e

responsável pelo incentivo de uma forte cultura musical na cidade. No final do século XIX, Ouros já contava com duas bandas, a “Banda de Música Nossa Senhora da Conceição” e a “Banda de Música São Sebastião”. Além das apresentações principalmente em festividades religiosas na cidade, como Festa do Divino, São João, Nossa Senhora Aparecida, entre outras, vale lembrar que se tratava de um movimento artístico regional, com visitas e apresentações em vários municípios vizinhos no sul de Minas Gerais, que também mantinham suas próprias bandas. Até os anos 1920 as bandas recebiam apoio dos vigários da paróquia e estavam ligadas à Igreja Católica ou à Presbiteriana. Em 1937 foi criada a Lyra São Luís, e em meados do século XX passaram a batuta da Escola Estadual. A história local registra várias personalidades que contribuíram para a cultura musical do município.

Há também uma forte presença das artes plásticas, tem-se notícia de um escultor de imagens religiosas e alguns pintores. O teatro teve grande expressão no pequeno município desde o início do século XX e até mesmo no final do XIX existiu o conhecido Teatro de Marionetes. Nos anos 1930 destaca-se o “Grupo Dramático da Congregação Mariana dos Ouros e Unionistas de Santa Filomena”, com várias encenações que ficaram na memória da população. Peças teatrais eram escritas e apresentadas primeiramente no antigo salão paroquial, depois nas escolas municipais e no prédio do Cine Ouros.

O cinema já era conhecido na cidade mesmo antes de meados do século XX, desde a chegada da luz elétrica em 1924. Em 1956 a Câmara Municipal aprovou a construção do prédio do Cine Ouros. A partir de então o cinema passou a ser o ponto alto dos encontros culturais com sessões sempre repletas de audiência. As películas, que vinham pela antiga jardineira da estrada então de terra, eram sobretudo comédias, musicais, Mazzaropi, faroeste, destacando-se fitas de temas épicos romanos, gregos, egípcios, o que se desdobrava durante os períodos carnavalescos em preciosos desfiles de carros alegóricos e blocos temáticos. Os intervalos do cinema, para reparar a película ou trocar o rolo, promoviam ampla convivência social, com música no alto-falante da eletrola e quitutes no saguão.

A cultura enquanto modo de vida, em Conceição dos Ouros esteve sempre estreitamente vinculada ao meio ambiente à vida rural, à agricultura de subsistência,

destacando-se desde o período pré-colonial a pesca, caça e os pequenos roçados, sendo que se constituiu em rancho de passagem no período dos bandeirantes e tropeiros, depois a monocultura do café nas grandes fazendas escravistas do século XIX, mas sempre em continuidade com a lavoura, principalmente a mandioca, o milho, feijão, arroz, batata, cana de açúcar e a pecuária (leite e queijo). Com origem na mandioca indígena, destaca-se ainda hoje a agroindústria do polvilho e as fábricas de pão de queijo. Significativas são as raízes culturais indígenas e africanas na história local, que ainda hoje influencia aspectos da vida do povo Ourense, seja em suas festividades, na culinária, em usos e costumes tradicionais, e mesmo no sincretismo religioso, uma vez que hoje o município conta com três centros, terreiros e tendas de umbanda. Nos anos 1990 começou a diversificação na produção econômica, com a instalação de fábricas de autopeças, indústrias de móveis, costura, placas de gesso para a construção civil e serviços em geral. Atualmente a atividade turística começa a estruturar-se no município, com amplo apoio do poder público.

3.6.2. Os patrimônios culturais e a política de preservação via incentivo fiscal

Os patrimônios culturais materiais, imateriais, paisagísticos e arqueológicos de Conceição dos Ouros, são protegidos pelo o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG). O órgão com intuito a preservação do patrimônio cultural de Minas Gerais passa a fomentar o programa de destinação do ICMS Patrimônio Cultural com objetivo de incentivar os cuidados com patrimônios culturais do Estado de Minas. O fomento é feito a partir do repasse de recursos financeiro aos municípios estejam dispostos a preservar seu patrimônio e suas referências culturais, através de políticas públicas efetivas. O programa busca ainda estimular as ações de salvaguarda dos bens protegidos pelos municípios por meio do fortalecimento dos setores responsáveis pelo patrimônio das cidades e a formação de conselhos mais efetivos que propunham ações conjuntas com as comunidades locais. Com esse desígnio o IEPHA-MG oferece aos municípios orientações sobre as políticas de preservação, como a Deliberação Normativa do CONEP, que estrutura um sistema de análise e de pontuação da documentação apresentada pelo município participante do programa ICMS Patrimônio

Cultural. Para se inteirar mais sobre a normatização é possível Ler a DELIBERAÇÃO NORMATIVA - DN CONEP n. 01/2021 e a PORTARIA IEPHA N. 35/2022 em vigor.

A redistribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios no Estado de Minas Gerais, é reconhecida nacionalmente como uma das políticas pioneiras e eficazes de municipalização da proteção do patrimônio cultural. A Lei Estadual 18.030/2009 estabelece que, para o repasse dos recursos advindos do Critério do Patrimônio Cultural, os municípios devem comprovar que possuem ações de gestão para a preservação dos bens culturais locais.

A gestão e a definição das políticas de proteção do patrimônio cultural são ações municipais inerentes aos gestores públicos. O resultado desta política mostra que mais de 80% dos municípios mineiros contam, hoje, com um Conselho Municipal de Patrimônio Cultural atuante e, portanto, efetivam a gestão de seus bens culturais.

De acordo Histórico registrado Conceição dos Ouros, passa a ter uma preocupação mais efetiva com os patrimônios culturais e definir o inventário para garantia do ICMS Cultural a partir de 7 de abril de 2005 com a Lei Municipal n. 1.382 onde foi publicada a Norma de Proteção do Patrimônio Cultural. E efetivada a partir do Decreto n. 723 de 8 de abril de 2005, sendo criado o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Conceição dos Ouros.

No ano de 2006 começaram a estabelecer um plano de ação para fazer inventários dos bens culturais do município. Foi elaborado um histórico do município dentro do IPAC/MG (Inventário de Proteção do Acervo Cultural). Nele as páreas a serem inventariadas foram divididas em 4 zonas a partir do Distrito Sede para os bairros, deveria receberam identificação cartográfica contendo um levantamento fotográfico a fim de identificar os bens a serem inventariados. Deveria ter sido feitas fichas descritivas das estruturas arquitetônicas e urbanísticas de bens imóveis de forma integrada, assim como, o registro do patrimônio arqueológico e dos sítios naturais relevantes e também dos bens imateriais.

Assim, a partir de 2007 o município passou a elaborar um Relatório de Investimentos no setor da cultura e do patrimônio cultural a fim de que o município pudesse angariar os repasses de ICMS segundo a Lei Estadual, conhecida como Robin Hood.

Entre os bens declarados como de importante preservação está a edificação do Cinema tendo recebido o seu tombamento em 17 de janeiro de 2007, através do Decreto nº. 794/2007, em conformidade com os fins estabelecidos pela Lei nº. 1.382 de 07 de abril de 2005 e conforme decisão registrada em reunião realizada pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Conceição dos Ouros em 18 de janeiro de 2007 e Inscrição de nº. 02 no Livro de Tombo datada de 18 de janeiro de 2007. Atualmente o local denominado Centro Cultural Roberto Rosa, está recebendo estudo para abrigar em seus amplos espaços o projeto de adaptação e transferência do MAHCA – Museu Arqueológico, Histórico, Cultural e Ambiental de Conceição dos Ouros.

O inventário também dá destaque ao registro da Festa do Polvilho com evento de manifestação cultural de relevância material e imaterial. E também o acervo do MAHCA especialmente, as urnas indígenas e a coleção lítica foram registradas. Ainda na lista constam os locais dos sepultamentos indígenas resgatados na área urbana e vários sítios arqueológicos.

Foi contratada uma empresa intitulada Rede Cidade para elaboração dos inventários durante os anos subsequentes (até 2022) seguiram os trabalhos do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural.

Em 2008 se dá foram inventariados vários bens imateriais como a Festa da Padroeira N. Sra. da Conceição, Tapetes de rua da Semana Santa, Festa Junina e Festival de Comidas Típicas. Também foram inventariados sítios naturais como a Serra do Careca, Prainha dos Euclides e Prainha dos Pilões e a Serra do Quilombo. Na página 77 do Relatório temos o Inventário do Museu de C. dos Ouros. Ainda Inventários de imóveis urbanos, principalmente localizados nas avenidas principais da cidade. Inventário de documentação cartorial, como escrituras de compra e venda de escravos, de bens imóveis principalmente imaginárias do acervo da Igreja Católica.

Embora tenha sido inventariado em 2007, o acervo de achados arqueológicos do MAHCA e Cine Ouros só será tombado em 2009. Em 2010: Comprovantes de investimentos em bens tombados e inventariados. Em 2011: Laudos técnicos de conservação e comprovantes de investimentos. Assinalamos que vários imóveis urbanos inventariados e não tombados foram demolidos ou descaracterizados nos anos

subsequentes. Nesse ano de 2011 fez o Projeto em educação patrimonial “Conhecendo Nossa Cidade”, nas Escolas de Ensino Fundamental do Município.

Em 2012: Dossiê de Tombamento da Prainha dos Pilões. Projeto Educar 2012, Arqueologia Através da Educação em várias escolas. Vários livros de registro de projetos em educação e arqueologia foram realizados em escolas. Complemento do Dossiê de Registro do bem imaterial Festa do Polvilho.

Os bens do Patrimônio Cultural de C. dos Ouros foram inventariados desde o ano de 2006 até o ano de 2020. A partir de então passaram a ser feitas revisões dos bens inventariados e laudos dos seus estados de conservação. Salientamos que alguns bens como sítios arqueológicos em bairros da zona rural (2) e sítios naturais como cachoeiras e pedreiras de esporte radical ainda não foram inventariados.

De acordo com a Deliberação Normativa do CONEP Nº 20/2018, a Divulgação deve ser realizada em cada etapa do Inventário e deve ser indicada como uma ação indissociável da Execução/Atualização. Sendo assim, abaixo estão os bens já inventariados/atualizados no Município de Conceição dos Ouros / MG.

Ao ter acesso ao documento produzido pelo município fica perceptível de que o inventário não traz informações necessárias sobre os patrimônios. De acordo com o CONEP, para uma efetiva política de preservação precisava ser obedecido algumas prerrogativas ao se fazer o inventário. O Inventário insere-se no contexto das medidas administrativas de proteção ao patrimônio cultural, previstas na constituição Federal e Estadual, e corresponde à atividade sistemática e permanente de identificação, pesquisa, documentação e gestão, desenvolvida conforme planejamento estabelecido pelo IEPHA/MG.

Desde modo a compreensão do inventário fundamenta-se em processos socioculturais dinâmicos e sistemáticos, visando o conhecimento e o cadastro de bens culturais de natureza material e imaterial de Minas Gerais.

Essas manifestações de vários grupos sociais correspondem a elementos identitários de seus territórios, de suas narrativas e de seu modo de vida. Esse processo, sempre que possível, deve ser construído em conjunto com as comunidades, coletivos de cultura, entre outros, buscando o levantamento de suas referências culturais com

vistas ao seu conhecimento, pesquisa, proteção, planejamento, gestão e divulgação desses bens.

De acordo com a Portaria 29/2008 do IEPHA/MG, o IPAC/MG tem por finalidades:

- I. Identificar o patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais, observando a diversidade cultural existente em todo o território do Estado.
 - II. Promover o acesso ao conhecimento e à fruição do patrimônio cultural mineiro;
 - III. fornecer suporte a ações administrativas e legais de competência do poder público na área do patrimônio cultural;
 - IV. Estabelecer, quando necessário, diretrizes de proteção e conservação relativas aos bens culturais inventariados;
 - V. Subsidiar ações de educação patrimonial;
 - VI. Inibir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;
 - VII. possibilitar a localização de bens culturais de interesse de preservação para fins de licenciamento;
 - VIII. fornecer suporte às ações de identificação e restituição de bens culturais desaparecidos;
 - IX. Dar suporte à gestão e manejo do território;
 - X. Mobilizar e apoiar a sociedade civil na salvaguarda do patrimônio cultural; de acordo com informações coletadas no Acesso o IPAC-MG.
- Disponíveis em
<<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/servicos/tombamento-e-registro#invent%C3%A1rio-de-bens-culturais>>. Para solicitar o tombamento.

Bens materiais incluem as edificações ou conjunto destas, de importância artística ou histórica, as obras de arte, mobiliário e objetos, os conjuntos paisagísticos, os locais relevantes culturalmente para determinado grupo de pessoas.

Qualquer cidadão ou entidade, pública ou privada, que julgue pertinente o reconhecimento de um determinado bem como patrimônio cultural de Minas Gerais,

de modo a promover a sua preservação, pode solicitar ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais — IEPHA-MG — o seu tombamento, conforme os termos da portaria n.º 29, de 2012. Os interessados devem enviar correspondência contendo descrição da solicitação à presidência do IEPHA-MG, com identificação do requerente.

Deverão ser expostas as razões pelas quais o proponente julgar que o bem deve ser reconhecido como patrimônio cultural de Minas Gerais e outras informações disponíveis: identificação do proprietário e endereço; denominação e descrição sumária do bem; informações históricas; registro fotográfico, plantas ou outras imagens; utilização original e atual; referências documentais e bibliográficas conhecidas. Quando for o caso, deverão ser indicadas pessoas ou instituições que apoiam a iniciativa e informações quanto a outras instâncias de proteção porventura existentes. O pedido será analisado e, caso aprovado, será instaurado o processo que instrua uma decisão final pelo Conselho Estadual de Patrimônio Cultural – CONEP. No que compete aos bens imateriais.

Os bens culturais de natureza imaterial abrangem as tradições e formas de expressão, as celebrações, práticas sociais e rituais, os conhecimentos, práticas e técnicas artesanais tradicionais, os lugares (como feiras e mercados) e outras expressões que representam a cultura de um povo.

Qualquer cidadão ou entidade, pública ou privada, que julgue pertinente o reconhecimento e salvaguarda de uma determinada manifestação cultural de natureza imaterial pode solicitar ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais — IEPHA-MG — o seu registro, conforme os termos da portaria n.º 47, de 2008. Os interessados devem enviar correspondência contendo descrição da solicitação à presidência do IEPHA-MG, com identificação do requerente.

As razões pelas quais o proponente julga que o bem deve ser registrado como patrimônio imaterial de Minas Gerais e descrição do mesmo, deverão ser expostas contendo as informações disponíveis: denominação e descrição sumária do bem; local ou região de ocorrência; indicação dos indivíduos ou grupos envolvidos; local e data da realização, em caso de evento; informações históricas; registro fotográfico e audiovisual; referências documentais e bibliográficas conhecidas. Quando for o caso, deverá ser

anexada declaração de representante da comunidade detentora do bem, expressando o seu interesse e anuência à instauração de processo de registro e informações quanto a outras instâncias de proteção porventura existentes.

O pedido será analisado e, caso aprovado, será instaurado o processo que instrua uma decisão final pelo Conselho Estadual de Patrimônio Cultural – CONEP. Assim como, há necessidade de publicizar esses patrimônios culturais de forma ampla e garantir a apropriação da comunidade de todos esses bens culturais.

4. *DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO*

As atividades de socioparticipativas do projeto envolvem uma série de ações que visam promover o conhecimento sobre o Patrimônio Arqueológico da área em estudo. A ação prioritária é levar aos diferentes públicos o conhecimento e a possibilidade de diálogos sobre os vestígios arqueológicos que, em maior ou menor grau, toda a população de Conceição dos Ouros convive há anos.

Assim, o cronograma do projeto apresentou uma série de atividades a serem realizadas em diversos momentos do projeto e com diferentes públicos. A finalidade de tais ações é levar reflexões e discussões sobre o patrimônio arqueológico em questão, sua importância e sua relação com a constituição da identidade das pessoas que convivem com ele.

O conteúdo abaixo apresenta um relato das atividades realizadas pela equipe de pesquisa entre os dias 18 e 21 de dezembro de 2022, para compor este Diagnóstico Participativo, que foi definido por atividades de intervenção social que abriram os trabalhos do projeto. Tais atividades foram realizadas com as pessoas que vivem ou trabalham no local diretamente afetado pelo projeto, o Bairro da Chácara, por meio da aplicação de um questionário, atividade esta que será descrita abaixo. Houve, também, a possibilidade de expandir as discussões para o público em geral, a fim de dialogar com pessoas interessadas em Arqueologia, em patrimônio histórico e cultural, ou aquelas interessadas em obter mais informações sobre o objetivo, o cronograma do projeto, e a possibilidade de liberação da área após as etapas da pesquisa proposta. Para alcançar este objetivo, foi proposta uma Audiência Pública, que também será apresentada abaixo.

4.1. Objetivos do Diagnóstico Participativo

O objetivo principal do diagnóstico participativo foi uma aproximação da equipe à realidade local, buscando trazer subsídios para tornar as ações educativas mais próximas às expectativas das pessoas direta e indiretamente envolvidas na história que se construiu em torno do Sítio do Lico nos últimos anos.

Como objetivos específicos, podemos ressaltar o intuito de realizar uma sondagem sobre a percepção que as pessoas têm com relação ao material arqueológico e a possibilidade de trazer elementos para realizar atividades educativas mais assertivas. Outro objetivo específico foi apresentar o projeto aos interessados, o seu cronograma, iniciando uma discussão sobre o que é a Arqueologia, o que faz o arqueólogo e sobre a importância da preservação do patrimônio arqueológico da região.

4.2. Desenvolvimento

4.2.1. Aplicação de questionário na área diretamente afetada - Bairro da Chácara

Fruto das primeiras reuniões da equipe de Educação Patrimonial foi a convicção de que, pela peculiaridade da situação do Sítio do Lico frente à população de Conceição dos Ouros, seria importante conhecermos a realidade que se apresenta no referido município no que concerne ao material arqueológico já descoberto. Sendo assim, a equipe chegou ao consenso que uma primeira e imprescindível atividade poderia ser uma visita ao Bairro da Chácara e a aplicação de um questionário aos moradores. Sem o intuito de esgotar as possibilidades abarcando todos os domicílios da área diretamente ligada ao Sítio do Lico, o objetivo foi realizar uma amostragem sobre o que as pessoas do referido bairro sabem sobre Arqueologia, sobre ocupações pretéritas e, principalmente, quais são as suas percepções sobre a situação vivenciada durante muitos anos pelas pessoas que estão, de certa forma, tão próximas aos vestígios arqueológicos, mas que, em sua maioria, não se sentem ligadas a este passado.

Pensando na possibilidade de, ao mesmo tempo, aproximar ao público do Bairro da Chácara e trazer elementos significativos para as futuras ações educativas, a equipe de Educação Patrimonial elaborou um questionário, com questões abertas e fechadas, que ficou assim composto: Primeiramente, um breve perfil do entrevistado, contendo nome, idade, endereço, há quantos anos mora no bairro e na cidade, se é proprietário de imóvel no bairro ou se a propriedade é de aluguel.

Após tais questões, necessárias para traçarmos o perfil dos respondentes, o questionário passa às questões específicas sobre Arqueologia e Patrimônio. As questões giram em torno do conhecimento dos respondentes sobre o que é a Arqueologia, com o que trabalha o arqueólogo, sobre histórias conhecidas dos antigos habitantes da região, se conhecem histórias sobre os povos indígenas no passado da região e do município, conhecimento sobre os vestígios arqueológicos encontrados na região, se sabem onde este material se encontra na atualidade. Ao final do questionário, as perguntas começam a conduzir para a percepção dos respondentes sobre a importância dos vestígios arqueológicos e sobre a necessidade de se realizar a Educação Patrimonial para que se fortaleça um diálogo entre o conhecimento científico e a sociedade. O questionário finaliza perguntando sobre o interesse em participar de futuras atividades educativas do projeto, solicitando que o respondente aponte dia e horário mais conveniente para participação das atividades.

Para a aplicação do questionário, a equipe de pesquisa foi ao Bairro da Chácara tendo como. Assim, a aplicação do questionário aconteceu nas seguintes ruas: Rua Mercúrio, Rua João da S. Viana, Rua Nossa Senhora da Conceição, Rua Elza Pereira Viana, Rua Maria Viana, Rua Aristides da S. Viana, Rua Francisco Rogério e Rua Luíz Pereira Viana.

Essa ação além de mapear os locais passíveis de encontrar material arqueológico também tem como objetivo abrir um canal de diálogo com a comunidade que se encontra no contexto da área do sítio arqueológico Lico, no Bairro da Chácara. Com objetivo de fazer esse mapeamento, as entrevistas foram aplicadas de porta em porta nos dias 19 e 20 de dezembro. Uma descrição das respostas encontra-se a seguir.

Quanto à dinâmica da aplicação dos questionários, todos os participantes foram primeiramente informados sobre os nossos objetivos, foram informados que o conteúdo

será utilizado apenas para elaboração do relatório do diagnóstico e para repensar algumas questões relacionadas às ações educativas. Além disso, os entrevistadores apresentaram-se como membros da equipe do projeto e portavam crachá de identificação. As fotos foram tiradas com a autorização dos participantes, com o objetivo de serem utilizadas nos relatórios do projeto e nas ações educativas.

4.2.1.1. Descrição das respostas

Após um reconhecimento da área do Bairro da Chácara onde deverá acontecer o trabalho de prospecção, os quatro membros da equipe dividiram-se em dois grupos a fim de realizar a aplicação dos questionários. No total, foram respondidos 52 questionários, sendo dois deles respondidos fora do contexto do Bairro da Chácara, por municípios que participaram da Audiência Pública.

As perguntas para caracterização dos respondentes revelaram um perfil heterogêneo. Quanto à faixa etária dos respondentes, variou de 14 a 77 anos, o que se tornou bem interessante para extrairmos algumas conclusões das percepções dos moradores sobre o material arqueológico, o que será discutido no próximo tópico. Dos entrevistados, 30 responderam que são proprietários do imóvel e 17 responderam que pagam aluguel. Quanto ao tempo que residem no Bairro da Chácara, 24 respondentes disseram residir entre 15 e 60 anos, e 26 residem no bairro entre 2 meses e 13 anos.

As perguntas relativas ao conhecimento sobre Arqueologia e Patrimônio também revelaram um perfil heterogêneo, que neste item será descrito, e traz importantes informações pertinentes à relação dos moradores com o material arqueológico, que serão exploradas no próximo tópico.

O questionário inicia esta parte perguntando aos participantes se eles já ouviram falar de Arqueologia. Dos respondentes, 42 disseram que *sim*, e nove disseram que *não*. Dos que disseram que *sim*, quando foram questionados onde ouviram falar de Arqueologia, as respostas variaram bastante, aparecendo *a escola, a internet, revistas, TV, faculdade, o próprio bairro*. Quando questionados se sabem com o que o arqueólogo trabalha, as opções colocadas pelos entrevistadores foram: a) Os povos do passado através dos seus vestígios, b) Espécies animais extintas, como dinossauros, c) a

formação geológica da Terra, d) Indígenas. Aqui também as respostas foram variadas, e alguns respondentes colocaram mais de uma opção. As respostas focaram primeiramente no “estudo dos povos através dos seus vestígios” (34 respostas), em segundo lugar apareceram “os indígenas” (19 respostas), em terceiro lugar aparece “a formação geológica da Terra (nove respostas), e finalmente aparecem as “espécies animais extintas, como dinossauros” (sete respostas).

Quando questionados sobre a etnia dos antigos habitantes da região, se eram indígenas ou não, a grande maioria (41 respostas) acredita que *sim*, enquanto que uma minoria (oito respostas) acredita que *não*. Outra pergunta relacionada aos povos indígenas diz respeito aos artefatos deixados por tais grupos como testemunho de suas culturas. A pergunta elaborada questionava se conheciam ou não artefatos indígenas. É importante ressaltar que nesta pergunta, os entrevistadores utilizaram o vocabulário geralmente conhecido pela maioria das pessoas ao se referirem aos vestígios arqueológicos: potes de índios, vasos de índios, pedra de raio, pontas de flecha, “cunha” (ao se referirem aos machados de pedra polida), dentre outras designações populares do material arqueológico. Para esta pergunta, 32 respondentes disseram que já viram material arqueológico, e 20 respondentes disseram que nunca viram material arqueológico.

Dentre os artefatos arqueológicos mencionados pelos participantes aparecem *potes, urna, utensílios, pedra lascada, pedra polida, material histórico, ferramentas, mão de pilão, urna funerária e ossada*. Quanto ao local que os respondentes tiveram contato com este tipo de material, as respostas foram diversas, muitos mencionaram *o museu, o próprio Bairro da Chácara, em reportagem de TV, e na cidade como um todo*.

A questão que inicia o bloco de perguntas que querem compreender qual a percepção dos respondentes sobre o Patrimônio Arqueológico foi a que questionou sobre a importância de tais achados para a comunidade. Dentre os participantes, 44 responderam que o material arqueológico se constitui em algo importante para a comunidade, e sete responderam que o material arqueológico não é importante para a comunidade. A pergunta subsequente buscou complementar as respostas acima, questionando por qual motivo o material arqueológico é importante para a comunidade. Dentre as respostas figuram: *conhecer o passado, contar a nossa história, para*

conservar e cuidar do patrimônio, porque é interessante, porque é a memória dos antepassados. Dentre as respostas, houve duas negativas, apontando que não traz diferença nenhuma para o bairro ou para a cidade e porque não tem interesse pelo passado.

Em seguida, o questionário passa a abordar o conhecimento dos respondentes sobre os achados arqueológicos do Bairro da Chácara, perguntando se conhecem tais achados. Para esta questão, 32 moradores responderam que *sim* e 18 moradores responderam que *não*. Quanto aos moradores que disseram conhecer o material arqueológico encontrado no Bairro da Chácara, ao serem questionados se sabem o que foi feito com o material, as respostas oscilaram entre aqueles que desconhecem o que foi feito e aqueles que disseram que o material foi enviado ao museu para estudos e pesquisas. Quando questionados se gostariam de obter mais informações sobre este patrimônio arqueológico, 35 disseram que *sim* e 16 disseram que *não*. Os motivos para dizer que *sim* variaram entre *porque o tema é atraente, porque o tema é curioso, porque é importante conhecer a história, para conhecer coisas antigas, para ter mais conhecimento*. Quatro respondentes que disseram que não há interesse em obter mais informações sobre os vestígios arqueológicos argumentaram que *não gosta do tema* (1 resposta), *não tem tempo* (2 respostas), *não se interessa* (1 resposta).

O questionário finaliza perguntando ao participante se ele sabe o que é Educação Patrimonial. Para esta questão, 36 responderam que sabem e 15 responderam que não sabem. Neste momento, os entrevistadores procuraram fazer uma breve explicação do que é Educação Patrimonial, na maioria das vezes partindo da resposta dada pelo participante. Em seguida, após as explicações, ao serem questionados se consideram este tipo de atividade educativa importante, 40 respondentes disseram que *sim*, e seis disseram que *não*. A última questão realizada pergunta se gostaria de participar das ações educativas que serão realizadas pelo projeto. Para esta questão, 31 respondentes disseram que *sim* e 21 disseram que *não*. Dos que disseram que se interessam pelas ações educativas, alguns indicaram melhor dia e horário para participação e deixaram contato telefônico.

4.2.1.2. Breve análise e discussão a partir dos dados do questionário

A ideia de realizar uma sondagem sobre a percepção e o conhecimento das pessoas quanto à Arqueologia e ao Patrimônio Arqueológico nasceu da necessidade de a equipe conhecer um pouco mais sobre as experiências dos cidadãos de Conceição dos Ouros com os vestígios que há décadas são encontrados em algumas localidades do município.

Os relatos que tomamos conhecimento antes da sondagem reforçam a ideia de que os munícipes, mais especificamente, os do Bairro da Chácara, mantêm uma relação conflituosa com as pesquisas arqueológicas que já foram realizadas no município. Como sabemos, as campanhas já realizadas configuraram-se em atividades emergenciais, o que acabou por não gerar propostas continuadas de pesquisas e diálogo com os diferentes públicos por meio da educação patrimonial. Como consequência, atividades que poderiam gerar envolvimento do público com os vestígios arqueológicos não foram realizadas, o que acarretou em um distanciamento e alienação no que concerne ao passado e a importância de conhecê-lo.

Por outro lado, as respostas ao questionário elaborado pela equipe de Educação Patrimonial revelaram um outro panorama, pois muitas das respostas sugerem fissuras no padrão aparentemente negativo de relação com os vestígios arqueológicos. Por meio dessas fissuras, acreditamos haver a possibilidade de criar caminhos para que os moradores do município e, especialmente, os do Bairro da Chácara, sintam-se envolvidos em um processo de construção discursiva mais positiva sobre o passado do município e da região.

Como já apontado, o questionário abarcou indivíduos de 14 a 77 anos e pudemos notar nas diferentes gerações, relações diferenciadas com a cultura material. Fato importante a ser ressaltado é que as pessoas mais jovens, em idade escolar, ou as que saíram há pouco tempo do Ensino Médio, ou estão na faculdade, conhecem a Arqueologia, conhecem o material arqueológico encontrado no município, e ensaiam um discurso sobre a importância da preservação do Patrimônio Arqueológico. Alguns

estabelecem a relação deste tipo de patrimônio com a construção das identidades, ressaltando a necessidade da preservação da memória.

Boa parte dos moradores mais idosos entrevistados, sobretudo os que já moraram no meio rural, disseram conhecer material arqueológico, mesmo que de outras localidades. As pessoas desta faixa etária, mesmo que não tenham tido contato com uma abordagem sobre Arqueologia na educação escolar, geralmente conhecem bem o material arqueológico pelas histórias passadas por seus pais ou avós, ou pelo contato direto com os vestígios na área rural, sobretudo área de plantio.

Notamos no grupo de moradores entrevistados entre 30 e 55 anos um maior distanciamento quanto aos vestígios arqueológicos. Outros, apesar de não conhecerem nada sobre Arqueologia, demonstraram bastante interesse, argumentando em alguns casos que seus filhos aprendem sobre o assunto na escola. Este fato despertou na equipe a consciência de que é preciso ampliar as ações educativas para atividades realizadas no bairro, e para um público mais amplo, que não seja só composto pelo público escolar, sejam alunos ou educadores.

Outro fato importante a ser destacado foi a abertura dos moradores para conhecer mais sobre a Arqueologia e sobre os vestígios arqueológicos. A equipe foi para o campo sabendo tratar-se de uma relação conflituosa, visto que há o embargo da área que dificulta a vida das pessoas. Apesar de tal situação, como revelado pelo questionário, diversos moradores interessaram-se em participar das ações educativas do projeto, que serão realizadas, segundo cronograma, nos meses de março, abril, maio e junho. De posse dos dados do questionário, apesar de ser apenas uma amostragem, a equipe de Educação Patrimonial irá preparar atividades focadas nos diferentes públicos, com especial atenção ao diálogo com os moradores do Bairro da Chácara.

Imagem 09: Aplicação de questionário do Bairro da Chácara - Foto: Solange N.O. Schiavetto



Imagem 10: Aplicação de questionário do Bairro da Chácara - Foto: Dulcelaine L.L. Nishikawa



Imagem 11: Aplicação de questionário do Bairro da Chácara - Foto: Dulcelaine L.L. Nishikawa



4.2.2. Audiência Pública

A realização da audiência pública foi realizada nas dependências Câmara Municipal e ocorreu no dia 20/12/2022 às 19h, tendo como tema principal o sítio arqueológico do Lico, no bairro da Chácara.

A meta foi divulgar as ações socioparticipativas previstas no projeto interventivo com a comunidade diretamente afetada, bem como proporcionar aos munícipes os esclarecimentos sobre o plano de trabalho na investigação da área do sítio arqueológico.

Para tanto foi realizado um detalhamento das ações de intervenção pública para o diagnóstico participativo e sua continuidade nos momentos futuros e associados a prospecção arqueológica e educação patrimonial.

Imagem 12: Audiência Pública sobre o Sítio do Lico - Foto: Solange N.O. Schiavetto



Imagem 13: Audiência Pública sobre o Sítio do Lico - Foto: Solange N.O. Schiavetto



Imagem 14: Convite da Câmara Municipal de Conceição dos Ouros para a Audiência Pública, divulgado no Facebook da Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros



Imagem 15: Convite da Fundação Araporã para a Audiência Pública, divulgado no Instagram da Fundação Araporã



Texto que acompanhou as publicações de convite à Audiência Pública

AUDIÊNCIA PÚBLICA - SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO LICO

 Dia 20/12, terça-feira

 19h

 Câmara Municipal de Conceição dos Ouros

 Transmissão ao vivo por meio da página da Câmara em: facebook.com/CAMARAOUROS

É de conhecimento geral que Conceição dos Ouros guarda um grande tesouro arqueológico em si, guardando lembranças de populações indígenas que fizeram desta região a sua morada. Hoje, após séculos, achados arqueológicos já foram encontrados e muitos ainda podem estar em nossa cidade, guardados sob a terra, aguardando sua descoberta. Uma das principais áreas com possibilidade de manter materiais preservados é o Sítio do Lico, que contempla uma grande parte do Município.

Assim sendo, a Prefeitura de Conceição dos Ouros e o Instituto Araporã convidam a todos os Ourenses, em especial aos moradores do Bairro da Chácara, a participar de uma Audiência Pública onde serão expostas em detalhes as ações de intervenção pública que visam encontrar os possíveis achados na área, assim como a importância de uma educação patrimonial para que seja de conhecimento público a importância da preservação da área e a colaboração na identificação desses materiais.

Participe. Você é importante na construção de uma Conceição dos Ouros mais consciente do seu patrimônio histórico, assim como presenciar os esclarecimentos sobre o plano de trabalho na investigação da área do sítio arqueológico do Lico.

ADM 2021/2024

Honestidade e Progresso

Imagem 16: Matéria de jornal sobre a Audiência Pública sobre o Sítio do Lico



Links para o conteúdo da Audiência Pública sobre o Sítio do Lico:

<https://www.facebook.com/CAMARAOUROS/videos/696880875174567>

<https://www.youtube.com/watch?v=RikOD8wXpJI&t=6786s>

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, P. A. de. Arqueologia em Conceição dos Ouros-MG. Gráfica e Editora Amaral – Pouso Alegre/MG, 2005.
- ALMEIDA, Paulo A. de. Arqueologia em Conceição dos Ouros – MG: Histórico dos sítios, folheto, Museu do Índio, Conceição dos Ouros, MG, 2019.
- ALMEIDA, Paulo A. de. Reabertura do MAHCA – Museu Arqueológico Histórico Cultural e Ambiental de conceição dos Ouros-MG, folheto, Conceição dos Ouros, MG, 2021.
- ALMEIDA, Paulo Araújo de. Arqueologia em Conceição dos Ouros - MG: pré-história e história, identidade, museu e espacialidade. 2004. 136 p. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BROCHADO, J. P. An ecological model of spread of pottery and agriculture into eastern South America. Tese de Doutorado. University of Illinois, 1984.
- CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DOS OUROS. Museu Arqueológico do Índio. Disponível em: <https://www.conceicaodosouros.mg.leg.br/conceicaodosouros/>. Acesso em maio de 2022.
- CAMPOS DO JORDÃO. Disponível em <https://www.camposdojordao.tur.br/historia> Acesso em: 21 maio 2022.
- CAMPOS, M. C. Conheça Conceição dos Ouros. [S. l.]: Prefeitura de Conceição dos Ouros, [2020]. Disponível em: <https://conceicaodosouros.mg.gov.br/conceicao-dosouros/>. Acesso em: 21 maio 2022.
- CARVALHO CAMPOS, Mercedes. Salve Ouros, Cidade Querida. Grafcenter, Pouso Alegre – MG, 2002.
- COLWELL-CHANTHAPHONH, C. The archaeologist as a world citizen. In: MESKELL, L. (Ed.). *Cosmopolitan Archaeologies*. Duke University Press, Durham/London, 2009. p.140-165.
- CORREA, A. A. Pindorama de Mboia e Ikaré: continuiade e mudança na trajetória das populações Tupi. Tese de Doutorado. MAE/USP. São Paulo, 2014.
- CULTURA, Cooperativa de. Relatório de Análise de Materiais Arqueológicos. Arquivos do MAHCA – Museu do Índio de Conceição dos Ouro, 2010.

- DIAS, A. S.; NEUMAN, M. A.; MONTEIRO, R.; PASSOS, M. M. dos; MEIRELLES, P. V. M.; MARQUES, R. P. O discurso dos fragmentos: sociocosmologia e alteridade na cerâmica Guarani pré-colonial. Espaço Ameríndio, v.2 nº2. Porto Alegre, 2008
- DIAS, A.S. Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi 2(1): 59-76. 2007.
- FAGUNDES, M. Informe da campanha de campo e salvaguarda de Estrutura Arqueológica Funerária, Conceição dos Ouros, MG. Diamantina, MG: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem, LAEP/CEGEO/ICT, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2021.
- FREIRE, P. A. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981. 149 p.
- FREIRE, P. Educação Como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967 (19 ed., 1989).
- FREIRE, P. Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos, Ed. Da UNESP, 2000.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 17ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. Pedagogia Educação e Mudança. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Martin, Rio de Janeiro: 18ªed. Paz e terra, 1979.
- FUNARI, P. P. de A. Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, nº 01, 1994, pp. 23-41.
- FUNARI, Pedro P.A. & PELEGRINI, Sandra C.A. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.
- FUNARI, Pedro P.A. A hermenêutica das ciências humanas: a História e a teoria e praxis arqueológicas. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, 10, 3-9, 1995a.
- FUNARI, Pedro P.A. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. In: *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, 41:23-32, 2001.
- FUNARI, Pedro P.A. A cultura material e a construção da mitologia bandeirante: problemas da identidade nacional brasileira. *Ideias*, 2,1, 29-48, 1995b.
- FUNARI, Pedro Paulo de Abreu; ORSER Jr, Charles & SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. Identidades, discurso e poder: Estudos de Arqueologia contemporânea. Annablume: São Paulo. 2005. pp. 117-132.
- GADOTTI, M. Pedagogia da terra. Editora Peirópolis, São Paulo 2002.

GONÇALVES, Suely. Rev. Globo Rural. Sinais do Passado. Junho 2002. Ano 17, N. 200.

GOVERNO DE MINAS GERAIS (Minas Gerais). IEPHA. Relação de Bens protegidos pelos Municípios (apresentados ao ICMS- Patrimônio Cultural), pela União e pelo Estado - até o ano de 2019 / EXERCÍCIO 2021. [S. l.], 2021. Disponível em: LISTA DE BENS PROTEGIDOS, atualização até exercício 2021 ANA (iepha.mg.gov.br)
Acesso em: 21 maio 2022.

IBGE. **História do Município.** Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/conceicao-dos-ouros/historico>. Acesso em maio de 2022.

IPATRIMÔNIO. Conceição dos Ouros – Festa do Polvilho. [S. l.], [2009?]. disponível em <
<https://www.ipatrimonio.org/conceicao-dos-ouros-festa-do-polvilho/#!/map=38329&loc=-22.412916999999986,-45.797406,17>> Acesso em: 21 maio 2022.

Jornal Gente em Ação. Conceição dos Ouros. Sinais do Passado. 16 de agosto de 2002, Pouso Alegre. p.5.

LA SALVIA, F. BROCHADO, J. P. Cerâmica Guarani. Posenato Arte & Cultura. Porto Alegre, 1989.

LE GOFF, J. (2003). História e memória. Campinas, SP: Ed. UNICAMP.

MAGALHÃES, M. Estudo arqueométrico dos sítios arqueológicos Inhazinha e Rodrigues Furtado, Município de Perdizes/MG: da argila à cerâmica. Possíveis conexões entre os vasilhames cerâmicos e as fontes argilosas. Dissertação de Mestrado. MAE/USP. São Paulo, 2015.

MANO, M. A Cerâmica e os Rituais Funerários: xamanismo, antropofagia e guerra entre os Tupi-Guarani. Interações – Cultura e Comunidade. V. 5 n. 5. 2009. p. 111-128.

MEGGERS, B. J. The transpacific origins of mesoamerican civilization: a preliminary 1975b review of the evidence and the theoretical implications. American Anthropologist, Irvine, v.77, n.1, p.1-27.

MORAES, C. A. A cerâmica arqueológica brasileira: definições e princípios de análise. Apostila Curso de Análise Cerâmica. II Simpósio Jauense de Arqueologia. Prefeitura Municipal de Jaú. Jaú – SP, 2006.

NOELLI, F. S. Sem Tekohá não há Tekó. Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia de subsistência guarani e sua aplicação a uma área de domínio do Delta do Jacuí. Dissertação (Mestrado) – PUC-RS. Porto Alegre, 1993.

NOELLI, F. S.; FERREIRA, L. M. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro. v.14, n.4, out.-dez. 2007; p.1239-1264

OUROS, Prefeitura Municipal. Disponível em <https://conceicaodosouros.mg.gov.br/conceicao-dos-ouros/> Acesso em: 21 maio 2022.

PANACHUK, L. Fazeres e saberes: as cerâmicas arqueológicas e os mitos sobre a olaria. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Minuta de Qualificação, 2017.

PARAISÓPOLIS. Disponível em <https://www.paraisopolis.mg.gov.br/historia-de-paraisopolis> Acesso em: 21 maio 2022.

POUSO ALEGRE. Disponível em <https://pousoalegre.mg.gov.br/pouso-alegre.asp?id=1#ancora> Acesso em: 21 maio 2022.

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DOS OUROS. **Conheça Conceição dos Ouros.** Disponível em: <https://conceicaodosouros.mg.gov.br/conceicao-dosouros/>. Acesso em maio de 2022.

PROUS, A. A Arqueologia Brasileira. Editora da Universidade de Brasília. Brasília, 1992. PROUS, A. Relatório técnico prévio sobre a estadia em Conceição dos Ouros – MG. Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros, MG. Nov/Dez, 2001

PROUS, André e ANDRADE LIMA, Tania, org. Os Ceramistas Tupiguarani. Volumes I, II e III. Livraria e Editora Graphar, BH, 2016.

PROUS, André. A pintura em cerâmica tupiguarani. *Ciência hoje*, 36 (213), 2005.

PROUS, André. Arqueologia Brasileira: a pré-história e os verdadeiros colonizadores. 1a ed. Cuiabá-MT: Archeo; Carlini & Caniato Editorial, 2019.

PROUS, André. Relatório Prévio Sobre a Estadia em Conceição dos Ouros – novembro/dezembro de 2001. Arquivos do MAHCA.

PROUS. A. A pintura tupiguarani em cerâmica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 8: 11-20, 2009.

REVISTA. A Restauração de Cerâmicas e Materiais Pétreos. A Experiência do IEPHA/MG, Fondazione Palazzo Spinelli e Ministero d Itália. pp. 19 e 20.

RIBEIRO, L.; LIMA, A. P.; Souza, L.M de; Camila P. Jácome. Os Tupiguarani do sul do Espírito Santo usavam muito a pedra, além do barro a indústria lítica na pré-história tardia (e depois). In: MORALES, W. F. (Org.); MOI, F. P. (Org.). (Org.). *Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira*. São Paulo/Porto Seguro: Annablume; ACERVO - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa, 2009.

RIBEIRO, L; JÁCOME, C.; PROUS, A. Resgate Arqueológico Sítio do Lico Conceição dos Ouros/MG. Relatório de Análises de Materiais Arqueológicos. Belo Horizonte, junho de 2010.

- RIBEIRO, Loredana; JÁCOME Camila; PROUS, André. Resgate arqueológico Sítio do Lico, Conceição dos Ouros/MG. Relatório de análises de materiais arqueológicos. Cooperativa Cultura. Belo Horizonte, MG. 2010.
- ROBRAHN-GONZÁLES, E. M.; ZANETTINI, P. E. Jacaré às vésperas do descobrimento: a pesquisa arqueológica no sítio Santa Marina. Coleção Arqueologia 1. Jacaré, SP.
- RODRIGUES, R e NISHIKAWA, D. L. L. Reflexões a respeito da educação patrimonial e ambiental a partir da arqueologia desenvolvida na região de Araraquara/SP. Disponível em http://www.ambiente-augm.ufscar.br/uploads/A3_093.pdf Acesso, 20/10/2012. Acessado em 24 de novembro, 2022.
- SÃO BENTO DO SAPUCAÍ. Disponível em <https://saobentodosapucaia.sp.gov.br/historia/> Acesso em: 21 maio 2022.
- SAPUCAÍ MIRIM. Disponível em <https://www.sapucaimirim.mg.gov.br/portal/servicos/1001/historico-do-municipio/>. Acesso em: 21 maio 2022.
- SCHIAVETTO, Solange N. O.; SOUZA, Vera L. Projeto de Pesquisa: Memória e cultura material: Estudos de Educação Patrimonial em Poços de Caldas/MG. Universidade do Estado de Minas Gerais: Poços de caldas, 2008.
- SCHIAVETTO, Solange N.O. A questão étnica no discurso arqueológico: afirmação de uma identidade indígena minoritária ou inserção na identidade nacional? In: FUNARI, Pedro P.A., ORSER JR., Charles E. & SCHIAVETTO, Solange N.O. Identidades, discurso e poder: estudos da Arqueologia Contemporânea. Fapesp/Annablume, p. 77-90, 2005.
- SCHIAVETTO, Solange N.O. Arqueologia Regional e Educação: propostas de estudos sobre um “passado excluído” de Araraquara/SP. Tese de Doutorado, Campinas, IFCH/UNICAMP, 2007.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio; ARTUSI, Lucia; JACBUS, A. L.; GAZZANEO, M.; ROGGE, J. H.; MARTIN, H. E.; BAUMHARDT, G. Uma Aldeia Tupiguarani. Projeto Candelária. São Leopoldo: EDUNISINOS, 1990.
- SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993
- URUTY ARQUEOLOGIA: Relatório Final. Assessoria Arqueológica e de Projeto em Gestão e Musealização do Patrimônio Arqueológico do Município de Conceição dos Ouros/MG. Arquivo Documental do MAHCA.

6. PRESTAÇÃO DE CONTAS

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: FUNDAÇÃO ARAPORA

CNPJ: 00.149.261/0001-78

ENDEREÇO E CEP: AV. ANTONIO ALVES DE ARAÚJO Nº 820 – PARQUE IGAÇABA

RESPONSÁVEL(IS) PELA OSC: ROBSON ANTONIO RODRIGUES

CPF: 115.238.638-70

OBJETO DA PARCERIA: Execução de processo de pesquisa arqueológica da área onde se encontra o sítio arqueológico do Lico, no Município de Conceição dos Ouros, Estado de Minas, em cumprimento das exigências legais de preservação do patrimônio arqueológico de acordo com a legislação Brasileira, considerando as definições estabelecidas pela IN IPHAN nº. 01 de 25 de março de 2015.

EXERCÍCIO: 2022

ORIGEM DOS RECURSOS (1): MUNICIPAL

Prestação de Contas

TERMO DE FOMENTO/COLABORAÇÃO Nº. 01/2022

data: dez-22
Vigência de 11/07/2022 à 11/07/2023
Valor Global: R\$ 79.654,45

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO				
DATA PREVISTA PARA O REPASSE (2)	VALORES PREVISTOS (R\$)	DATA DO REPASSE	NÚMERO DO DOCUMENTO DE CRÉDITO	VALORES REPASSADOS (R\$)
(A) SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				R\$ 6.532,43
(B) REPASSES PÚBLICOS NO EXERCÍCIO				R\$ 0,00
(C) RECEITAS COM APLICAÇÕES FINANCEIRAS DOS REPASSES PÚBLICOS				R\$ 0,73
(D) OUTRAS RECEITAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO AJUSTE (3)				R\$ -
(E) TOTAL DE RECURSOS PÚBLICOS (A + B+ C + D)				R\$ 6.533,16
(F) RECURSOS PRÓPRIOS DA ENTIDADE PARCEIRA				R\$ -
(G) TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO (E + F)				R\$ 6.533,16

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS INCORRIDAS NO EXERCÍCIO					
ORIGEM DOS RECURSOS (4):					
CATEGORIA OU FINALIDADE DA DESPESA (8)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO (R\$)	DESPESAS CONTABILIZADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO E PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$)	TOTAL DE DESPESAS PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO A PAGAR EM EXERCÍCIOS SEGUINTE (R\$)
		(H)	(I)	(J= H + I)	
Serviços técnicos especilaizados -Gerente de Projeto de Pesquisa-Arqueólogo Senior	R\$ 3.709,79	R\$ -	R\$ 3.709,79	R\$ 3.709,79	
Serviços técnicos especilaizados - Arqueólogo 1	R\$ 757,80	R\$ -	R\$ 757,80	R\$ 757,80	
Serviços técnicos especilaizados - Assitente Técnico	R\$ 757,80	R\$ -	R\$ 757,80	R\$ 757,80	
Outros serviços de terceiros - Coordenação Financeira	R\$ 1.200,00	R\$ -	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	
Gêneros alimentícios				R\$ -	
Outros materiais de consumo				R\$ -	
Combustível				R\$ -	
Bens e materiais permanentes				R\$ -	
Obras				R\$ -	
Despesas financeiras e bancárias				R\$ -	
Outras despesas				R\$ -	
TOTAL	R\$ 6.425,39	R\$ -	R\$ 6.425,39	R\$ 6.425,39	

DEMONSTRATIVO DO SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	
(G) TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEL NO EXERCÍCIO	R\$ 6.533,16
(J) DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO (H+I)	R\$ 6.425,39
(K) RECURSO PÚBLICO NÃO APLICADO [E – (J – F)]	R\$ 107,77
(L) VALOR DEVOLVIDO AO ÓRGÃO PÚBLICO	R\$ -
(M) VALOR PARA APLICAÇÃO NO EXERCÍCIO SEGUINTE (K – L)*	R\$ 107,77

saldo da conta investimento+saldo da conta corrente - conforme extrato

		PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO - NFS-e				Número da NFS-e 105													
Data e Hora da Emissão		08/12/2022 16:10:32		Competência		8/12/2022		Código de Verificação		ADLG5NKOg									
Número do RPS				No. da NFS-e substituída				Local da Prestação		ARARAQUARA - SP									
Prestador de Serviço																			
		Razão Social/Nome		URUTY ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ARQUEOLOGIA EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA															
		Nome Fantasia																	
		CNPJ/CPF		35.129.112/0001-21		Inscrição Municipal		1366439		Município		ARARAQUARA - SP							
		Endereço e CEP		AVENIDA DOUTOR MIGUEL COUTO ,190 - JARDIM PRIMOR CEP: 14806-090															
		Complemento				Telefone		(16)3336-2514		e-mail		esc.alvorada2@gmail.com							
Tomador de Serviço																			
		Razão Social/Nome		FUNDACAO ARAPORA															
		CNPJ/CPF		00.149.261/0001-78		Inscrição Municipal		1005341		Município		ARARAQUARA - SP							
		Endereço e CEP		ANTONIO ALVES ARAUJO ,820 - PARQUE IGAÇABA CEP: 14804-394															
		Complemento		SALA 1		Telefone		(16)3336-2514		e-mail									
Discriminação do Serviço																			
Prestação de serviços em arqueologia Gestão de Projeto de Pesquisa-(Arqueólogo Sênior) para Fundação Araporã no âmbito do Termo de colaboração em Atendimento ao processo de pesquisa arqueológica da área onde se encontra o sítio arqueológico do Lico, no município de Conceição dos Ouros, Estado de Minas Gerais. (PRODUTO 2)																			
Parcela 4 - referência mês 4 Horas executadas no produto: 47 Arqueólogo Sênior Robson Antonio Rodrigues Banco: nº001 - Banco do Brasil Agência: 6512-9 Conta: 29.233-8 Valor Aproximado dos Tributos: 15,82%																			
Código do Serviço / Atividade																			
17.09 / 7490199 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente																			
Detalhamento Específico da Construção Civil																			
Código da Obra						Código ART													
Tributos Federais																			
PIS (R\$)				COFINS (R\$)				IR (R\$)				INSS (R\$)				CSLL (R\$)			
Detalhamento de Valores - Prestador do Serviço				Outras Informações				Cálculo do ISSQN devido no Município											
Valor do Serviço R\$		3.709,79		Natureza Operação				Valor do Serviço R\$		3.709,79									
(-) Desconto Incondicionado		0,00		1-Tributação no município				(-) Deduções Permitidas em Lei		0,00									
(-) Desconto Condicionado		0,00		Regime Especial Tributação				(-) Desconto Incondicionado		0,00									
(-) Retenções Federais		0,00		0-Nenhum				Base de Cálculo		3.709,79									
(-) Outras Retenções		0,00		Opção Simples Nacional				(x) Alíquota %		2,00									
(-) ISSQN Retido		0,00		1 - Sim				ISSQN a Reter		() Sim (X) Não									
(=) Valor Líquido R\$		3.709,79		Incentivador Cultural				(-) Valor do ISSQN R\$		0,00									
				2-Não															
Avisos		1- Uma via desta Nota Fiscal será enviada através do e-mail fornecido pelo Tomador do Serviço. 2- A autenticidade desta Nota Fiscal poderá ser verificada no site, http://ARARAQUARA.ginfes.com.br com a utilização do Código de Verificação. 3 - Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.Não gera direito a crédito fiscal de ISS e IPI.																	

		PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO - NFS-e				Número da NFS-e 37													
Data e Hora da Emissão		12/12/2022 19:00:37		Competência		12/12/2022		Código de Verificação		FTQA3XZ43									
Número do RPS				No. da NFS-e substituída				Local da Prestação		ARARAQUARA - SP									
Prestador de Serviço																			
		Razão Social/Nome		JULIANA ALVES RODRIGUES 42743396881															
		Nome Fantasia																	
		CNPJ/CPF		32.594.179/0001-49		Inscrição Municipal		1364628		Município		ARARAQUARA - SP							
		Endereço e CEP		RUA LÁZARO CAMARGO EHMKE ,511 - JARDIM PINHEIROS (VILA XAVIER) CEP: 14811-423															
		Complemento				Telefone		(16)3336-2514		e-mail		esc.alvorada2@gmail.com							
Tomador de Serviço																			
Razão Social/Nome		FUNDACAO ARAPORA																	
CNPJ/CPF		00.149.261/0001-78		Inscrição Municipal		1005341		Município		ARARAQUARA - SP									
Endereço e CEP		ANTONIO ALVES ARAUJO ,820 - PARQUE IGAÇABA CEP: 14804-394																	
Complemento		SALA 1		Telefone		(16)3336-2514		e-mail		esc.alvorada2@gmail.com									
Discriminação do Serviço																			
Prestação de serviços em assistência técnica para Fundação Araporã no âmbito do Termo de colaboração em Atendimento ao processo de pesquisa arqueológica da área onde se encontra o sítio arqueológico do Lico, no município de Conceição dos Ouros, Estado de Minas Gerais. (PRODUTO 2) Parcela 2 - referência mês 4 Horas executadas no período: 30 Consultora Juliana Alves Rodrigues Banco: Banco do Brasil Agência: 0082-5 Conta Poupança: 84.834-4 Valor Aproximado dos Tributos: 15,53%																			
Código do Serviço / Atividade																			
8.02 / 8592999 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente																			
Detalhamento Específico da Construção Civil																			
Código da Obra						Código ART													
Tributos Federais																			
PIS (R\$)				COFINS (R\$)				IR (R\$)				INSS (R\$)				CSLL (R\$)			
Detalhamento de Valores - Prestador do Serviço				Outras Informações				Cálculo do ISSQN devido no Município											
Valor do Serviço R\$		757,80		Natureza Operação				Valor do Serviço R\$		757,80									
(-) Desconto Incondicionado		0,00		1-Tributação no município				(-) Deduções Permitidas em Lei		0,00									
(-) Desconto Condicionado		0,00		Regime Especial Tributação				(-) Desconto Incondicionado		0,00									
(-) Retenções Federais		0,00		5-Microempresário Individual (MEI)				Base de Cálculo		757,80									
(-) Outras Retenções		0,00		Opção Simples Nacional				(x) Alíquota %		0,00									
(-) ISSQN Retido		0,00		1 - Sim				ISSQN a Reter		() Sim (X) Não									
(=) Valor Líquido R\$		757,80		Incentivador Cultural				(=) Valor do ISSQN R\$		0,00									
				2-Não															
Avisos		1- Uma via desta Nota Fiscal será enviada através do e-mail fornecido pelo Tomador do Serviço. 2- A autenticidade desta Nota Fiscal poderá ser verificada no site, http://ARARAQUARA.ginfes.com.br com a utilização do Código de Verificação. 3 - Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.Não gera direito a crédito fiscal de ISS e IPI.																	

		PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO - NFS-e				Número da NFS-e 234													
Data e Hora da Emissão		12/12/2022 16:14:54		Competência		12/12/2022		Código de Verificação		CZBWBWN2K									
Número do RPS				No. da NFS-e substituída				Local da Prestação		ARARAQUARA - SP									
Prestador de Serviço																			
		Razão Social/Nome		O2M CONSULTORIA EM SUSTENTABILIDADE LTDA															
		Nome Fantasia																	
		CNPJ/CPF		31.374.430/0001-05		Inscrição Municipal		1363943		Município		ARARAQUARA - SP							
		Endereço e CEP		RUA JOSÉ CORRÊA DA SILVA ,929 - JARDIM RESIDENCIAL ÁGUA BRANCA CEP: 14807-274															
		Complemento				Telefone		(16)3322-2252		e-mail		escrita@escritoriosaolucas.cnt.br							
Tomador de Serviço																			
Razão Social/Nome		FUNDACAO ARAPORA																	
CNPJ/CPF		00.149.261/0001-78		Inscrição Municipal		1005341		Município		ARARAQUARA - SP									
Endereço e CEP		ANTONIO ALVES ARAUJO ,820 - PARQUE IGAÇABA CEP: 14804-394																	
Complemento		SALA 1		Telefone		(16)3336-2514		e-mail		esc.alvorada2@gmail.com									
Discriminação do Serviço																			
Prestação de serviços de coordenação financeira no âmbito do Termo de colaboração em Atendimento ao processo de pesquisa arqueológica da área onde se encontra o sítio arqueológico do Lico, no município de Conceição dos Ouros, Estado de Minas Gerais. (PRODUTO 2)																			
Parcela 4 - referência mês 4 Horas executadas no produto: 150 Consultor Paulo Alexandre da Silva Banco: 748 - Banco Cooperativo Sicredi S.A. - Bansicredi Agência: 3009 Conta: 16850-5																			
Código do Serviço / Atividade																			
17.09 / 7490199 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente																			
Detalhamento Específico da Construção Civil																			
Código da Obra								Código ART											
Tributos Federais																			
PIS (R\$)				COFINS (R\$)				IR (R\$)				INSS (R\$)				CSLL (R\$)			
Detalhamento de Valores - Prestador do Serviço						Outras Informações				Cálculo do ISSQN devido no Município									
Valor do Serviço R\$				1.200,00		Natureza Operação				Valor do Serviço R\$				1.200,00					
(-) Desconto Incondicionado				0,00		1-Tributação no município				(-) Deduções Permitidas em Lei				0,00					
(-) Desconto Condicionado				0,00		Regime Especial Tributação				(-) Desconto Incondicionado				0,00					
(-) Retenções Federais				0,00		0-Nenhum				Base de Cálculo				1.200,00					
(-) Outras Retenções				0,00		Opção Simples Nacional				(x) Alíquota %				2,00					
(-) ISSQN Retido				0,00		1 - Sim				ISSQN a Reter				() Sim (X) Não					
(=) Valor Líquido R\$				1.200,00		Incentivador Cultural				(=) Valor do ISSQN R\$				0,00					
						2-Não													
Avisos		1- Uma via desta Nota Fiscal será enviada através do e-mail fornecido pelo Tomador do Serviço. 2- A autenticidade desta Nota Fiscal poderá ser verificada no site, http://ARARAQUARA.ginfes.com.br com a utilização do Código de Verificação. 3 - Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.Não gera direito a crédito fiscal de ISS e IPI.																	



Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros
Secretaria de Fazenda
Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

Número da Nota 202200000000003
Emissão 14/12/2022 10:16:46
Código de Verificação 8720-EE82

Informações do Prestador

Nome/Razão Social: **PAULO ARAUJO DE ALMEIDA04234070823**
CPF/CNPJ: **46.836.033/0001-77**
Endereço: MERCURIO 1555 - CHAC. DOS EUCLIDES - CEP: 37548000
Município: 3117801 - CONCEICAO DOS OUROS/MG

Inscrição Municipal: 13572
Inscrição Estadual:

Informações do Tomador

Nome/Razão Social: **FUNDAÇÃO ARAPORÃ**
CPF/CNPJ: **00.149.261/0001-78**
Endereço: AV. ANTÔNIO ALVES ARAÚJO 820 - PARQUE IGAÇABA
- ARARAQUARA - CEP: 14804394
Município: 3503208 - ARARAQUARA/SP
E-mail: ARAUJOPALMEIDA@YAHOO.COM.BR

CEI:
Inscrição Municipal: 1005341
Inscrição Estadual:

Detalhamento do Serviço Prestado

Prestação de serviços em arqueologia para Fundação Araporã no âmbito do Termo de colaboração em Atendimento ao processo de pesquisa arqueológica da área onde se encontra o sítio arqueológico do Lico, no município de Conceição dos ouros, Estado de Minas Gerais. (PRODUTO 2) Parcela 2 - referência mês 4
Horas executadas no período: 30

Serviço Prestado

0802 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza

Município de Prestação do Serviço: 3117801 - CONCEICAO DOS OUROS/MG

Valor dos Serviços 757,80	Deduções 0,00	PIS / PASEP 0,00	COFINS 0,00	INSS 0,00	IR 0,00
CSLL 0,00	Base de Cálculo 757,80	Alíquota 3,00	Desc. Incondicionado 0,00	Desc. Condicionado 0,00	Outras Retenções 0,00
ICMS 0,00	IPI 0,00	IOF 0,00	CIDE 0,00	ISS Retido 0,00	Valor Líquido NFS-e 757,80
Exigibilidade do ISS 02 - Não Incidência					OPTANTE PELO SIMPLES

Informações Adicionais

- Contribuinte optante pelo simples nacional.
- Contribuinte categorizado como MicroEmpresario Individual (MEI)
- A forma de tributação desta nota não gera ISS.
- Lei 12.741/2012: Valor aproximado correspondente à totalidade dos tributos federais, estaduais e municipais que influenciam no cálculo do valor da prestação do serviço, valor total informado: R\$ 0,00 = ISS: R\$ 0,00(3,00 %) + PIS: R\$ 0,00 + COFINS: R\$ 0,00 + INSS: R\$ 0,00
- Você pode consultar a autenticidade desta nota através do código ao lado.





Consultas - Extrato de conta corrente

G3352709163089031
27/01/2023 09:23:09

Cliente - Conta atual

Agência 6512-9
Conta corrente 35923-8FUNDACAO ARAPORA
Período do extrato 12 / 2022

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
22/11/2022		0000	00000 000	Saldo Anterior			6.455,09 C
12/12/2022		0000	13105 393	TED Transf.Eletr.Disponiv	121.201	1.200,00 D	5.255,09 C
			748 3009	031374430000105 O2M CONSULTOR			
13/12/2022		6512	99015 470	Transferência enviada	550.082.000.018.985	3.000,00 D	2.255,09 C
			13/12 0082	18985-5 ROBSON ANTONIO			
14/12/2022		6512	99015 120	Transferido para Poupança	550.082.510.084.834	757,80 D	
			14/12 0082	510084834-7 JULIANA ALVES			
14/12/2022		6512	99015 470	Transferência enviada	551.687.000.018.542	757,80 D	
			14/12 1687	18542-6 PAULO ARAUJO D			
14/12/2022		6512	99015 470	Transferência enviada	556.512.000.029.233	709,79 D	29,70 C
			14/12 6512	29233-8 URUTY - A C A			
31/12/2022		0000	00000 999	S A L D O			29,70 C

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: J4608243 ROBSON ANTONIO RODRIGUES.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678

Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Extratos - Investimentos Fundos - Mensal

G3352709163089031
27/01/2023 09:24:07

Cliente

Agência 6512-9
Conta 35923-8 FUNDACAO ARAPORA
Mês/ano referência DEZEMBRO/2022

RF Simples Ágil - CNPJ: 43.617.343/0001-02

Data	Histórico	Valor	Valor IR Prej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/11/2022	SALDO ANTERIOR	77,34			70,886734		
30/12/2022	SALDO ATUAL	78,07			70,886734		70,886734

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	77,34
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	0,73
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	0,73
SALDO ATUAL =	78,07

Valor da Cota

30/11/2022	1,090966624
30/12/2022	1,101316067

Rentabilidade

No mês	0,9486
No ano	10,1316
Últimos 12 meses	10,1316

Transação efetuada com sucesso por: J4608243 ROBSON ANTONIO RODRIGUES.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678

Para deficientes auditivos 0800 729 0088

Araraquara, 29 de janeiro de 2023.

ROBSON
ANTONIO
RODRIGUES:110
523863870

Assinado de forma digital
por ROBSON ANTONIO
RODRIGUES:1152386387
Dados: 2023.02.16
17:12:14 -03'00'

Dr. Robson A. Rodrigues
Arqueólogo
Fundação Araporã
Presidente do Conselho Administrativo
Registro IBAMA nº: 458753